

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – SR(07)



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Rio de Janeiro
2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – SR(07)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº. 63/2010**, da **DN TCU nº. 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

Rio de Janeiro
2014



Superintendente Regional
Gustavo Souto de Noronha

Chefe da Procuradoria Regional
Carlos Henrique Naegeli Gondim

Chefe da Divisão de Administração
Elza de Oliveira

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Newson Reis Monteiro

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Anida Claudia Dominici Soares

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Paulo César Paz de Mello

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	1
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	1
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	3
2.1 ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA COM O PLANO ESTRATÉGICO DA AUTARQUIA	3
3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO	11
3.1 ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	11
3.1.1 <i>Demonstração dos resultados das Ações</i>	<i>11</i>
3.1.2 <i>Cartografia.....</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3.1.3 <i>Territórios Quilombolas.....</i>	<i>17</i>
3.1.4 <i>Principais Atividades de Controle do Gestor.....</i>	<i>19</i>
3.1.5 <i>Indicadores.....</i>	<i>21</i>
3.1.6 <i>Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.....</i>	<i>22</i>
3.2 OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2.1 <i>Demonstração dos resultados das Ações</i>	<i>23</i>
3.2.2 <i>Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)</i>	<i>26</i>
3.2.3 <i>Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente</i>	<i>32</i>
3.2.4 <i>Informações sobre os imóveis desapropriados</i>	<i>32</i>
3.2.5 <i>Estratégia de atendimento do público alvo da Reforma Agrária.....</i>	<i>32</i>
3.2.6 <i>Principais atividades de controle do Gestor.....</i>	<i>33</i>
3.2.7 <i>Indicadores.....</i>	<i>34</i>
3.2.8 <i>Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....</i>	<i>35</i>
3.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	36
3.3.1 <i>Demonstração dos resultados das Ações</i>	<i>36</i>
3.3.2 <i>Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura</i>	<i>39</i>
3.3.3 <i>Demonstração dos resultados das ações.....</i>	<i>39</i>
3.3.4 <i>Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento</i>	<i>41</i>
3.3.5 <i>Principais atividades de controle do Gestor.....</i>	<i>41</i>
3.3.6 <i>Indicadores.....</i>	<i>43</i>
3.3.7 <i>Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.....</i>	<i>46</i>
3.3.8 <i>Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul.....</i>	<i>46</i>
3.3.9 <i>Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....</i>	<i>47</i>
4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO.....	47
4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO	47
4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE DO GESTOR	48
5. GESTÃO DE PESSOAS	48
5.1 DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES.....	48
5.2 CLIMA ORGANIZACIONAL E O AMBIENTE DE TRABALHO NO ÂMBITO DA SR	48
5.3 AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM	48
5.4 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	48
5.4.1 <i>Composição do quadro de servidores ativos.....</i>	<i>48</i>
5.4.2 <i>Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas</i>	<i>49</i>
5.4.3 <i>Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	Erro! Indicador não definido.
5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	51
5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício	52
5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal	52
5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal	53
5.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL	55
6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6.2 DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DO REGISTRO DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS NO ÂMBITO DA SR	58
6.3 DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER.....	58
6.4 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE INSTITUÍDAS PELA ÁREA CONTÁBIL E FINANCEIRA DA SR ..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
7. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	64
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA SUPERINTENDÊNCIA	64
7.2 CONTROLES INSTITUÍDOS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	68
7.3 CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSEGURAR A FIDELIDADE DAS INFORMAÇÕES	68
7.4 PRINCIPAIS CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSEGURAR A BOA E REGULAR GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER DE PARCELEIROS E DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS.....	68
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS	68
8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	68
8.1 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO.....	68
8.2 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU) NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	69
9. OUVIDORIA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
9.1 DEMONSTRAÇÃO DOS REGISTROS FEITOS POR INTERMÉDIO DA OUVIDORIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA, CONTEMPLANDO A QUANTIDADE DE CADA TIPO DE REGISTRO (DENÚNCIA, PEDIDO DE INFORMAÇÕES, ETC.), PRAZOS DE ATENDIMENTOS, PROPORÇÃO DE REGISTROS NÃO ATENDIDOS.	69
9.2 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRATAMENTO DE REGISTROS FEITOS PELA OUVIDORIA RELACIONADOS A INVASÕES DE TERRAS E CONFLITOS NO CAMPO	69
10. CORREIÇÃO.....	70

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDR – Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
Comperj - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DN - Decisão Normativa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TDA - Título da Dívida Agrária
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Quadro 2. Revisão do Plano de Ação 2013.....	12
Quadro 3: Ações da Divisão de Obtenção de terras, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.....	13
Quadro 4: Ações da Divisão de Ordenamento Fundiário, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.	14
Quadro 5: Ações da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.	16
Quadro 6: Ações da Divisão de Administração de Projetos de Assentamento, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.	17
Quadro 7: Ações do macro processo Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	19
Quadro 8: Ações do macro processo Ordenamento da Estrutura Fundiária – Execução de Restos a Pagar	20
Quadro 9: Quadro resumo de regularização de territórios quilombolas do estado do Rio de Janeiro	27
Quadro 10: Indicadores do macro processo Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	30
Quadro 11: Ações do macro processo Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária	32
Quadro 12: Ações do macro processo Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar	33
Quadro 13: Demonstração do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria (nº. de planejados e obtidos)	37
Quadro 14: Demonstração do planejamento e resultados obtidos nas atividades de avaliação (nº de planejados e obtidos)	38
Quadro 15: Indicadores do macro processo Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.....	43
Quadro 16: Ações do macro processo Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	45
Quadro 17: Ações do macro processo Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar	47
Quadro 18: Indicadores do macro processo Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	52
Quadro 19: Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/11 a 22/12/12.....	55
Quadro 20: Frequência dos assentados e graus de satisfação com os serviços prestados pelas Cooperativas (2013)	56
Quadro 21: Composição do quadro de servidores ativos.....	57
Quadro 22: Composição do quadro de servidores inativos.....	58
Quadro 23: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	58
Quadro 24: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	58
Quadro 25: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	39
Quadro 26: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	60
Quadro 27: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.	62
Quadro 28: Perspectiva de aposentadorias considerando compulsória e aquisição de direito.....	62
Quadro 29: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.	63

Quadro 30: Número de Servidores por Divisão	65
Quadro 31: Número de servidores por nível de escolaridade	65
Quadro 32: Número de servidores por tipos de cargos	65
Quadro 33: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	67
Quadro 34: Informações sobre transferências realizadas	68
Quadro 35: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.	70
Quadro 36: Lista de Processos inseridos no Sistema CGU-PAD, por assunto e tipo.	74

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa 127, de 15 de maio de 2013, o Relatório de Gestão 2013 individual do INCRA do Rio de Janeiro é apresentado segundo a Parte C do Anexo II da referida Decisão, além de Instrução Normativa nº. 63/2010.

Os itens relativos às Superintendências das regiões Norte e Nordeste, assim como para os itens ligados à Superintendência regional localizadas em área de fronteira internacional, foram mantidos no texto, contendo apenas a informação *não se aplica*, uma vez se tratar de estado localizado na região Sudeste.

O número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção não foi trabalhado, uma vez que não houve repasse da informação pelos agentes bancários.

A SR teve como principais realizações: A licitação de obras de infraestrutura viária em assentamentos rurais com vistas a permitir que as famílias ali assentadas acessem o Programa Nacional de Habitação Rural;

A realização de atividades de Fomento à Agroindustrialização e Comercialização, destacando-se a realização de uma feira no centro da cidade do Rio de Janeiro onde 700 (setecentas) famílias de beneficiários da Reforma Agrária puderam expor seus produtos, bem como a licitação para a conclusão da agroindústria de açúcar mascavo que beneficiará os assentados nos Projetos de Assentamento Che Guevara e Ilha Grande;

A assinatura de Termo de Cooperação com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que permitirá não apenas o lançamento de todas as áreas dos Projetos de Assentamento do Estado no Cadastro Ambiental Rural (CAR), como também coloca os assentamentos como áreas prioritárias para recuperação ambiental, dentro do programa estadual Jogos Limpos de neutralização das emissões dos Jogos Olímpicos de 2016;

O avanço nas negociações com a Marinha do Brasil e com o Ministério Público Federal com vistas à titulação da comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia;

A imissão na posse em parte das terras do Quilombo de São José da Serra, em Valença;

O ajuizamento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária, que infelizmente ainda não resultou em imissão de posse, das terras do Conjunto Cambahyba, pertencente a antiga Usina Cambahyba onde presos políticos foram incinerados durante o regime militar;

E a realização de licitação para contratação de empresa especializada para a execução das obras de reforma da sede da Superintendência Regional localizada no bairro da Glória.

As principais dificuldades encontradas para execução dos objetivos e metas propostas para o ano de 2013 foram:

O corpo funcional aquém das reais necessidades da Superintendência Regional;

O repentino corte e suspensão do pagamento de diárias para deslocamento devido ao INCRA em âmbito nacional ter superado os limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ainda que a Superintendência do Rio de Janeiro tenha respeitado os seus limites;

As dificuldades junto ao poder judiciário para obter imissão na posse nas ações de desapropriação;

Redução do quadro da Procuradoria Federal Especializada junto a esta SR;

E as constantes redefinições de planejamento ocorridas em âmbito nacional.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(21) 224-6363	
Endereço eletrônico: canalrh.rj@rjo.incra.gov.br; cidadania_rj@rjo.incra.gov.br		
http://www.incra.gov.br		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº. 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº. 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº. 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº. 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº. 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
-Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº.78, de 31/10/2008; - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006; - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006; - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº.7.352/2010; - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2º. Edição/Revisada – agosto/2010; - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002; - Manual de Cadastro Rural; - Manual de Fiscalização Cadastral.		

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA COM O PLANO ESTRATÉGICO DA AUTARQUIA

O planejamento estratégico das ações da Superintendência Regional é feito em consonância com as diretrizes centrais do INCRA, de forma que as ações da Superintendência se inserirem neste contexto global.

No ano de 2011, o INCRA elaborou o “DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2011/2014”, construído de forma participativa. A elaboração do referido documento teve a contribuição dos superintendentes regionais durante o encontro de dirigentes realizado em agosto de 2011, das Diretorias e das Coordenações Gerais, sob a coordenação do gabinete da Presidência do INCRA.

O diagnóstico apontava diversas informações sobre o INCRA, tais como: principais ações realizadas; estrutura e força de trabalho; Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária – PQRA; impactos dos assentamentos no desenvolvimento econômico; orçamento do INCRA; passivos e perspectivas das ações para 2011/2014; principais problemas e ações necessárias para combatê-las.

De forma complementar e resumida, embasada nas informações do “DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2011/2014”, foi elaborado o documento “A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO DILMA: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DE COMBATE À POBREZA EXTREMA E DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO”, que aponta o diagnóstico dos principais passivos/problemas, os resultados esperados nos cenários desfavoráveis e favoráveis, bem como as principais condicionantes para o alcance das metas no contexto do cenário favorável.

Todavia, em julho de 2012 ocorreu a substituição do Presidente da Autarquia, de forma que se começou a rever as diretrizes de planejamento realizadas na gestão anterior. Com a nova presidência, foi concluído o Plano de Compromisso de Ações e Metas 2013/2014 para o INCRA, tanto em âmbito nacional quanto regional, sendo estas metas de curto prazo. Acontecendo também a construção da agenda de gestão 2013/2014.

Após pactuação do plano de compromissos de metas físicas e limites orçamentários para o exercício, aguardou-se a publicação do Plano de Ação para o ano de 2013, que somente ocorreu em meados do ano.

O Plano de Ação 2013 foi publicado originalmente em Junho/2013. Mas, sofreu duas revisões, em Agosto/13 e Novembro/13, devido aos cortes orçamentários. Assim, a 3ª versão (final), estabeleceu os “Critérios para revisão da distribuição de créditos orçamentários e das metas físicas” conforme Portaria nº. 645, de 12 de novembro de 2013, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 2: Revisão do Plano de Ação 2013.

Histórico de Revisões		
1ª	Junho de 2013	Versão Original
2ª	Agosto de 2013	1) Distribuição de metas físicas e créditos orçamentários de Assistência Técnica e; 2) Atualização da distribuição das metas físicas e créditos orçamentários de Infra-estrutura básica.. 3) Os Planos Operacionais "PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo" e o "PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior" foram alterados pela área responsável em função do cancelamento dos créditos extraordinários de 2013.
3ª	novembro de 2014	1) Revisão Geral das metas físicas e créditos orçamentários em razão do Decreto de contingenciamento nº. 8.062, de 29 de maio de 2013 e da Portaria MPOG nº. 268/13 que limita as despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, e do monitoramento e avaliação da execução físico-orçamentária do Incra até o mês de outubro de 2013, incluindo a composição dos gastos e provisões já realizados e da permanência de recursos sem execução em cada superintendência regional;2) Detalhamento das metas físicas e créditos orçamentários dos planos orçamentários de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento, Licenciamento Ambiental em Projetos de Assentamento e Demarcação Topográfica que estavam pendentes na versão anterior.

Fonte: Portaria nº.645, de 12 de novembro de 2013.

A partir da publicação, a Superintendência que até então vinha acompanhando as metas em conformidade com anos anteriores e Sistemas de Informações Rurais- SIR passa a adotar as metas do Plano de Ação.

Abaixo são descritas as ações por Divisão, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013, além da porcentagem da meta proposta e a realizada.

Quadro 3: Ações da Divisão de Obtenção de terras, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.

DIVISÃO DE OBTENÇÃO				
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA / PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	META FÍSICA REALIZADA	% META PROPOSTA X REALIZADA
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 06 - Cadastro, seleção e homologação de famílias beneficiadas do PNRA	Homologação de famílias	220	313	142,27%
	Promover o cadastramento de acampados no CADÚnico e no Sipra*	489	228	46,63%
	Promover o cadastramento de assentados no CADÚnico	2595	2.273	87,59%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 07 - Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais	Vistoria de imóveis rurais/ hectare	4100	6.874,62	167,67%
	Cadeia dominial / imóveis	2	14	700,00%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 05 - Licenciamento Ambiental em Projetos de Assentamento	Licença Ambiental Protocolada	1	1	100,00%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento	Assentamento beneficiado/monitorado	12	6	50,00%

* Numero de cadastros realizados pela SR (Ouvidoria).

Fonte: SIR/Setor de Planejamento da SR.

Quadro 4: Ações da Divisão de Ordenamento Fundiário, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.

DIVISÃO DE ORDENAMENTO FUNDIÁRIO				
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA / PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	META FÍSICA REALIZADA	% META PROPOSTA X REALIZADA
2105 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural / PO 01 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	Atualizar o cadastro de imóveis rurais no SNCR / Imóvel	2567	4.437	172,85%
	Expandir a rede nacional de cadastro rural / UMC implantada	3	3	100,00%
	Capacitar servidores de unidades municipais de cadastro - UMC / Servidor capacitado	13	45	346,15%
	Corrigir imóveis rurais com código de nacionalidade INEXISTENTE ou INVÁLIDO no SNCR / Imóvel	180	20	11,11%
210U - Organização da estrutura fundiária / PO 09 - Regularização fundiária - Regularização fundiária de imóveis rurais	Monitorar os convênios em vigência de regularização fundiária / Imóvel	0	0	-
	Monitorar os convênios de regularização fundiária encerrados / Imóvel	0	0	-
	Regularização fundiária direta incluindo legitimação de posses até 100ha / Imóvel	0	4	#
	Retomada judicial de áreas desapropriadas pelo INCRA e ocupadas irregularmente / processo	0	0	-
	Ratificar títulos em Faixa de Fronteira	0	0	-
210U - Organização da estrutura fundiária / PO 0B - Regularização fundiária - Gestão de terras públicas	Concessão de direito real de uso ao ICMBIO / Hectare	0	0	-
	Arrecadação sumária de terras devolutas da União / Hectare	0	0	-
210U - Organização da estrutura fundiária / PO 0A - Regularização fundiária – Georreferenciamento da malha fundiária nacional	Imóvel Georreferenciado / Imóvel	0	0	-
	Esgotar o passivo processual de certificação de imóveis rurais nas SR / Processo	27	18	66,67%
	Ampliar o número de polígonos georreferenciados na base cartográfica digital / Imóvel	18	57	316,67%

DIVISÃO DE ORDENAMENTO FUNDIÁRIO					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA / PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA		META FÍSICA	META FÍSICA REALIZADA	% META PROPOSTA X REALIZADA
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas / PO 04 - Regularização fundiária - Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças RTID	Finalizar a elaboração de laudo antropológico / Território	0	2	-
		Elaborar o RTID / Território	3	2	66,67%
		Propor a publicação do RTID á Sede / Território	1	0	0,00%
	Publicar portaria de reconhecimento de território quilombola / Território		0	0	-
	Publicar portaria de reconhecimento de território quilombola / Área		0	0	-
	Inserir dados das comunidades no I3Geo e Sipra / comunidade localizada		18	3	16,67%
	Propor a decretação de territórios quilombolas / Território		0	0	-
	Titular terras públicas e particulares / Título		0	0	-
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas / PO 03 - Regularização fundiária - Indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas pelas Comunidades Quilombolas	Desintrusão das áreas decretadas	Área indenizada	0	0	-
		Imóvel decretado	0	0	-
		Imóvel avaliado	0	0	-

Fonte: SIR/Setor de Planejamento da SR.

Quadro 5: Ações da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO				
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA / PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	META FÍSICA REALIZADA	% META PROPOSTA X REALIZADA
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 04 - Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Nº. de doc. exp. para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais / Docs expedidos	320	128	40,00%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 0A - Supervisão ocupacional de projetos de assentamento	Executar a supervisão ocupacional / Lotes supervisionados	1240	1.106	89,19%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 08 - Implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Nº. de fam. benefic.s com impl. de infra básica em PAs prioritários para o MCMV ou com constr. de habitações pelo crédito instalação / Famílias atendidas	140	568	405,71%
	Numero de famílias atendidas com qualquer modalidade e fator gerador - Obra contratada	281	568	202,14%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 03 - Demarcação Topográfica em projetos de assentamento	Numero de famílias atendidas com demarcação topográfica	250	45	18,00%
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais / PO 09 - Fomento a Agroindustrialização e a Comercialização - Terra Sol	Numero de famílias atendidas	720	700	97,22%
210T - Promoção da educação no campo / PO 01 - Educação de jovens e adultos no campo	PRONERA - EJA / Trabalhador rural escolarizado	0	0	-
210T - Promoção da educação no campo / PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assist. Técnica, pedagógica e social	Concessão de Bolsa/Profissional capacitado	80	80	100,00%
210T - Promoção da educação no campo / PO 03 - Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para a reforma agrária	PRONERA - Capacitação e formação prof. de NM E NS	150	141	94,00%

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO				
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA / PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	META FÍSICA REALIZADA	% META PROPOSTA X REALIZADA
210S - PO 02 - Brasil sem Miséria - Assistência Técnica e Extensão Rural para Ref. Agrária/ PO 03 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária / PO 04 - Territórios da Cidadania - Assistência Técnica e Extensão Rural para Ref. Agrária	Número de famílias atendidas com ATES - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária / Famílias	2282	2282	100,00%
	Nº. de famílias a serem atendidas com ATES em chamadas públicas em andamento / Famílias	0	0	-

Fonte: SIR/Setor de Planejamento da SR.

Quadro 6: Ações da Divisão de Administração de Projetos de Assentamento, incluindo unidade medida, meta física e realizada no ano de 2013.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA / PLANO ORÇAMENTÁRIO	PTRES	PRODUTO/ UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	META FÍSICA REALIZADA	% META PROPOSTA X REALIZADA
2000 - Administração da unidade / PO 01 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	65829	Capacitar servidores, executar ação de capacitação / servidor capacitado	33	47	142,42%
2000 - Administração da unidade / PO 03 - Administração da unidade	65842	Executar o programa esplanada sustentável (PES) e o programa de eficiência do gasto público (PEG)	7,1%	10,3%	145,1%
		Efetivar a política de controlar o spool de impressão por usuário logado e trabalho impresso para cada divisão	0,0%	0	0,00%
2000 - Administração da unidade / PO 02 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	65836	—	0,0%	0	0,00%

Fonte: SIR/Setor de Planejamento da SR.

No exercício de 2013 a Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro procurou focar as ações relativas ao desenvolvimento e estruturação dos assentamentos. Priorizou-se, assim, dentro do Programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária), o cumprimento de metas das ações 211APO03 (Fomento à agroindustrialização e à comercialização - Terra Sol), 211APO04 (Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento) e 211APO08 (Implantação e recuperação da infraestrutura básica em Projetos de Assentamento).

Nas ações 211APO07 (Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais) e 211BPO01 (Pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para reforma agrária), o objetivo foi dar prosseguimento a ações iniciadas em exercícios anteriores e trabalhar áreas de adjudicação.

Ademais, a Superintendência do INCRA do Rio de Janeiro também estabeleceu como objetivos centrais manter a cobertura de atendimento às famílias assentadas no bojo das ações 210TPO03 (Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para a reforma agrária), do Programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária) e 210SPO03 (Assistência técnica e extensão rural para a Reforma Agrária – ATES), do programa 2012 (Agricultura Familiar). Também procurou-se prosseguir com o padrão de atuação no atendimento às comunidades remanescentes de quilombo no bojo do Programa 2034 (Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial).

A capacidade operacional do INCRA como um todo, e da Superintendência Regional do Rio de Janeiro em particular, está aquém do ideal. As inúmeras obrigações colocadas à autarquia ao longo dos anos, sem uma adequação da estrutura organizativa da casa, colocaram o órgão com uma demanda bastante superior à sua capacidade de execução. Assim, demandaram-se algumas ações que buscassem minorar estes entraves.

O INCRA é um órgão cuja eficiência e eficácia do trabalho estão diretamente associadas à capacidade da autarquia se fazer presente nos municípios do interior, por meio da articulação institucional com as Prefeituras e com o Governo do Estado visando a parcerias para a gestão da malha fundiária através da implantação das Unidades Municipais de Cadastro, da fiscalização da função social das propriedades rurais, da regularização de territórios quilombolas, da implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, entre outras atividades de menor destaque. Desta forma, a articulação interinstitucional foi fundamental no exercício de 2013.

A Superintendência tinha a carência no seu quadro de pessoal de engenheiro civil, contando apenas com o apoio eventual de outras SRs, o que em muito dificultava a implantação de obras de infraestrutura nos Projetos de Assentamento. No entanto, em setembro/13, o problema foi amenizado com a lotação definitiva do engenheiro civil José Guilherme de Sousa Campos.

A SR-07/RJ utiliza os indicadores estabelecidos pelo PPA 2012-2015 e as metas estabelecidas no Plano de Ação 2013 para todas suas ações e sub-ações. Portanto, a gestão é avaliada conforme os parâmetros estabelecidos nestes documentos. Semanalmente, nas reuniões do CDR – Comitê de Decisão Regional, presidido pelo Superintendente Regional, juntamente com todos os Chefes de Divisão é feita uma avaliação do desenvolvimento das metas, bem como da busca de soluções que permitam que as mesmas sejam cumpridas.

3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

3.1 ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 7: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	2.567	4.437	35.948,91	35.765,70	31.765,70	28.765,70	4.000,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos*	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais**	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	4	7.245,00	7.170,81	5.390,81	3.300,81	1.780,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0	2.363,45	1.700,00	1.700,00	1.430,75	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha.)	0	0	8.739,00	8.661,58	8.661,58	8.661,58	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha.)	0	0	30.547,60	30.500,87	20.300,87	17.422,37	10.200,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos**	Imóvel Indenizado (ha.)	-	-	-	-	-	-	-

*Não houve distribuição de metas no Plano de Ação.

**Para o preenchimento da meta foi utilizado o numero de imóveis concluídos no exercício.

Quadro 8: Ações do macro processo Ordenamento da Estrutura Fundiária – Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	-	6.677,58	3.971,73	2.705,85	0
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	8.970,00	0	8.970,00	0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	-	-	-	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha.)	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas***	Portaria de Reconhecimento (ha.)	0	1.054,68	741,52	0	313,16
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha.)	0	2.633.748,71	0	2.633.748,71	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

*** Para a atividade Reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas (PROGRAMA 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial) somou-se com a atividade Reconhecimento e demarcação de áreas remanescentes de quilombos (Programa 1336- Brasil Quilombola)

As ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária, da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, no ano de 2013 foram bem sucedidas.

O Gerenciamento do Cadastro Rural, tem com finalidade em auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Para que se atinja a finalidade da Ação, ela tem de proporcionar os seguintes resultados concretos:

- a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
- b) Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
- c) Qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
- d) Fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT e Grau de Eficiência na Exploração – GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e) Produção de dados do Plano Geral de Estatísticas – PGE;
- f) Geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) Base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

O gerenciamento da estrutura fundiária, do estado do Rio de Janeiro, pode-se ser resumido da seguinte forma:

SUPERFÍCIE CADASTRADA – INCRA (ÁREA HA)	3.427.072,9
SUPERFÍCIE CADASTRADA – IBGE (ÁREA HA)	4.387.017,2
ÍNDICE DE CADASTRAMENTO	78,28%
ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS - INCRAWEB	4.085
ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS - INTERNET	28.365
TOTAL DE ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS EM 2013	32.448

Em 2013, foi priorizado a ampliação das UMC's no Estado. Inicialmente foram formalizados convites as Prefeituras, expondo as vantagens de se implantar uma UMC no Município. Aquelas Prefeituras que manifestaram interesse em formalizar um Termo de Cooperação Técnica, receberam a visita dos técnicos, que prestaram os esclarecimentos necessários e sondaram viabilidade da estrutura oferecida para a implantação da UMC.

Vale ressaltar que esta atividade foi realizada com sucesso, conforme comprova o quadro abaixo, mas poderia suplantar a meta estabelecida se não houvesse o recolhimento dos recursos financeiros em outubro de 2013, impedindo o 4º Pólo de Treinamento Monitoramento dos UMC's da Região dos Lagos. Inclusive neste pólo haveria possibilidade de captar mais duas UMC's.

A atividade implantação de UMC's pode ser resumida da seguinte forma:

POLOS TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2013	3
TREINAMENTO DOS UMC'S	32
SUPERVISÃO DE UMC'S	9
UMC'S IMPLANTADAS EM 2013	3
UMC'S REATIVADAS 2013	9
MUNICÍPIOS VISITADOS (PARA PROPOR CRIAÇÃO DE UMC)	12
MUNICÍPIOS CONVENIADOS	51

A atividade aquisição de terras por estrangeiros esteve em evidência face a necessidade de atualização e depuração do SNCR voltada para os dados e informações relativos a Aquisição de Imóveis rurais por Estrangeiros no Estado. A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária enviou uma relação contendo aproximadamente 230 (duzentos e trinta) imóveis rurais com possíveis inconsistências para serem analisadas na Regional.

Foi iniciada a depuração com a formalização de 85 (oitenta e cinco) processos que, após uma análise prévia, comunicou-se o interessado para prestar esclarecimentos complementares com vistas a possibilitar a conclusão desta análise. Nesta fase verificamos um grande volume de documentação devolvida pelos Correios, sem a devida confirmação de recebimento por parte do Estrangeiro. Isto se deu devido a desatualização de endereço destas pessoas no SNCR. Assim, providenciou-se a inibição do código de imóvel rural, como medida de forçar o Estrangeiro a providenciar a atualização cadastral.

Aproveitou-se os deslocamentos aos Municípios, por ocasião do Treinamento e Supervisão dos UMC's, para incluir o servidor responsável por esta atividade a fim de orientar e prestar esclarecimentos aos Cartórios no trato com as aquisições de imóveis rurais por Estrangeiros.

Já para a ação Fiscalização Cadastral, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária no início do ano deflagrou o Plano de Ação 2013/14, tendo como meta a finalização de todos os processos de Fiscalização Cadastral aberto nas Superintendências Regionais.

Na Superintendência Regional do Rio de Janeiro existem 32 (trinta e dois) processos que foram formalizados em 2005 em cumprimento da Portaria nº.12/2006, que tratava de Trabalho Escravo. Os procedimentos foram iniciados conforme exigência do Manual de Fiscalização. Os interessados não cumpriram as exigências no prazo legal, e os processos ficaram paralisados até este ano, sem que houvesse qualquer manifestação dos interessados.

Atendendo as orientações da Diretoria, retomou-se os trabalhos nos termos do Manual de Fiscalização. Recuperamos 25 (vinte e cinco) processos e providenciamos (por decisão de mandado de segurança, face o tempo decorrido) a imediata comunicação aos interessados sobre a decisão de arquivamento dos processos abertos em 2005. Devido ao não cumprimento das exigências, passamos a segunda fase, notificamos aos interessados da abertura de novos processos e solicitamos toda a documentação exigida pelo Manual de Fiscalização Cadastral. Paralelamente, solicitamos dos Cartórios as Certidões de RGI, para a elaboração da cadeia dominial, que deverá ser homologada pela PFE.

Porém, conforme os trabalhos vão evoluindo, surgem pequenos entraves que em 2014 terão que ser superados para atingir a meta estabelecida no Plano de Ação 2013/14.

Nesta atividade, os problemas que foram detectados e podem interferir decisivamente no cumprimento das metas estabelecidas pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, não estão sob a gerência da Divisão da Estrutura Fundiária do INCRA no Rio de Janeiro. Uma delas é o desinteresse do interessado em apresentar a documentação exigida nos prazos previstos, causando a paralisação do processo. O outro, é a homologação da cadeia dominial, já que algumas não deverão chegar ao destaque válido do patrimônio público.

A fim de agilizar o processo em 2014, programamos o deslocamento de um Fiscal de Cadastro aos Cartórios envolvidos para efetuar buscas em livros facilitando a elaboração da cadeia dominial.

Para o caso das cadeias dominiais não alcançarem o destaque válido do patrimônio público, será consultado o governo do Estado do Rio de Janeiro através dos seus órgãos responsáveis pela gestão fundiária e patrimonial (Instituto de Terras do Estado – ITERJ, Procuradoria Geral do Estado – PGE e Patrimônio do Estado), cujo aval será suficiente para sua homologação.

A atividade pode ser resumida da seguinte forma:

PROCESSOS ENCERRADOS (MANDADO DE SEGURANÇA)	25
PROCESSOS FORMALIZADOS (FISCALIZAÇÃO CADASTRAL)	25
OFÍCIOS ENVIADOS (COMUNICANDO ENCERRAMENTO)	25
RECURSOS FINANCEIROS GASTO NA ATIVIDADE	0

A Lei 10.267/2001 determinou mais uma atividade de fiscalização que ficou sob responsabilidade das Divisões de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, estabeleceu-se uma comunicação mais efetiva entre os Cartórios e o INCRA, uma vez que os serviços notariais são obrigados a repassar mensalmente todas as informações de registros de transmissões de imóveis rurais.

De posse das informações enviadas pelos Cartórios, inicia-se um processo de análise para verificar a regularidade dos atos praticados com foco no cadastro rural. Identificada alguma irregularidade, procedemos a imediata comunicação a Corregedoria Geral de Justiça do RJ para eventual acionamento dos Cartórios.

As irregularidades mais detectadas residem na falta de certificação de imóveis rurais acima de 500 (quinhentos) hectares e o registro de áreas abaixo da fração mínima de parcelamento.

Esta ação é de baixíssimo ônus à Autarquia, já que toda a atividade se resume na troca de correspondências entre Cartórios, Corregedoria de Justiça e INCRA. Todavia, a Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro dispõe de apenas de um fiscal de cadastro para realizar a fiscalização de todos os Cartórios.

Resumidamente, tem-se o seguinte resumo da ação em 2013:

PROCESSOS FORMALIZADOS (irregularidades detectadas)	32
OFÍCIOS EXPEDIDOS (CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA)	15
OFÍCIOS EXPEDIDOS (INTERESSADOS P/ ATUALIZAÇÃO)	47
RECURSOS FINANCEIROS GASTO NA ATIVIDADE	0

Nota-se que esta ação do INCRA tem efeito limitado, uma vez que a Corregedoria Geral de Justiça ao invés de notificar os cartórios para eventuais correções nos seus registros, abre um procedimento para que se estabeleça um processo de contraditório entre o INCRA e os serviços notariais de registro de imóveis. Em consulta à Procuradoria Federal Especializada junto à Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, esta entendeu não ser o caso de ação direta a ser impetrada pelo INCRA, mas sim de responsabilidade do poder judiciário, responsável pela fiscalização dos cartórios. Estes dois fatos acima descritos limitam o andamento dos processos em andamento na Superintendência Regional. Desta forma, iniciamos no exercício de 2013 a notificação das irregularidades encontradas ao Ministério Público Federal de forma que o *parquet* possa adotar as medidas corretivas necessárias.

A estratégia de ação para 2014 será estreitar relações com o Ministério Público Federal, tendo em vista que já foi feita reunião com a Corregedoria Geral de Justiça cujos resultados não foram alvissareiros.

Para a ação de Regularização Fundiária executada pela SR-07/F concentra-se nas áreas incluídas na Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC). A Fazenda Nacional de Santa Cruz é a descrita no artigo nº. 1 do decreto de 25 de novembro de 1830, compreendendo os terrenos em cuja efetiva e legítima posse se achava o Imperador D. Pedro I, no dia 25 de março de 1821, e os seus limites acham-se demarcados na planta anexa ao decreto supracitado.

A Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) é um imóvel originariamente da União transferido ao IBRA através do Decreto 57.081 de 15 de Outubro de 1965. A área tem cerca de 83.000 ha. (oitenta e três mil hectares), em de nove municípios fluminenses. A FNSC possui tanto áreas urbanas como rurais e com processos de regularização fundiária com as mais diversas situações. Quase a totalidade da área está ocupada por herdeiros de antigos foreiros, cujos contratos de aforamento, registrados ou não, já caíram em comisso, pelo não pagamento das respectivas pensões. Há casos de ocupações em terrenos sem prévio aforamento e ainda áreas da referida Fazenda que os movimentos sociais pressionam para sua destinação para reforma agrária ou mesmo de municípios com conflitos agrários onde talvez existam terras públicas do INCRA passíveis de uso para a Reforma Agrária. Cumpre lembrar que a legislação da FNSC não permite nenhuma ocupação superior a 20 há (vinte hectares).

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária não tem condições operacionais de, com o atual corpo funcional, responder a demanda exigida para a regularização da FNSC. Há diversas propostas de encaminhamento de uma solução definitiva para a situação da FNSC, praticamente abandonada pelo INCRA desde a extinção da unidade avançada que, à época, era responsável pelo Projeto Fundiário da Fazenda Nacional de Santa Cruz. As proposições quase sempre esbarram numa condição preliminar de um levantamento do acervo tanto documental quanto patrimonial da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Para tanto, em 2013 o INCRA lançou no final do exercício uma chamada pública para celebração de convênios com vistas a digitalização do acervo com produção de instrumentos de consulta. Apesar de ter sido cadastrada uma proposta, não houve tempo hábil para que o convênio fosse

efetivado. Desta forma programou-se em acordo com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária para o exercício de 2014 que este processo dar-se-á através de contratação por procedimento licitatório pela Superintendência Regional.

Ademais, iniciou-se em 2013 a delimitação do perímetro da área, bem como a demarcação das áreas urbanas de forma que a gestão desta possa ser transferida aos municípios, visto que foge ao escopo institucional da autarquia a regularização fundiária em áreas urbanas.

As ações de Georreferenciamento e quilombos serão tratadas em itens específicos a seguir.

3.1.2 Cartografia

A ação 210UPOOA – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade estruturar os perímetros de imóveis rurais públicos e privados, através de coordenadas geográficas referenciadas ao Sistema Geodésico Nacional - SGB dos vértices definidores dos limites de cada imóvel rural numa base de dados. As informações geradas pela ação originam-se das atualizações cadastrais no SNCR realizadas pelos proprietários na qual eles inserem a área do imóvel rural precisa e localizada geograficamente.

A autarquia tem como objetivo que num futuro próximo, com a automatização dos procedimentos para a atualização cadastral, tenha a base de dados dos imóveis georreferenciados. Ou seja, o banco de dados geográficos, com as informações cadastrais, literais, de cada imóvel rural, o que permitirá a análise das consistências destas informações.

Após a Instrução Normativa 77, de 26 de agosto de 2013, foram alterados os procedimentos para certificação de imóveis rurais, implantando a automatização do processo a partir do dia 23 de novembro de 2013, que passa a ser realizado através do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF. Entretanto, esta instrução estabeleceu que até 21 de fevereiro de 2014 ainda seria aceita a certificação de imóveis rurais através de meio de físico.

Após o dia 21 de fevereiro de 2014, os procedimentos para a certificação de imóveis rurais só se dará pelo SIGEF.

3.1.3 Territórios Quilombolas

A Ação de regularização de territórios de comunidades remanescentes de quilombos envolve uma gama considerável de situações e atividades, inicia-se com a abertura de processo administrativo, após requerimento da comunidade interessada na regularização fundiária e encerra-se na titulação do território. Durante o processo, o INCRA elabora diversas peças técnicas que subsidiam a legitimidade do pleito da comunidade e permitem o avanço do processo de titulação conforme o rito estabelecido pelo Decreto 4.887/2003.

Na Superintendência Regional do Rio de Janeiro, para melhor acompanhar e fiscalizar o andamento dos processos abertos resolveu-se criar o *quadro resumo de regularização de territórios quilombolas*, contendo vinte e uma fases, sendo a principal a elaboração do RTID. Nele verificam-se todas as fases necessárias à Regularização de determinado território Quilombola.

No exercício 2013, atualizamos o nosso quadro de acompanhamento em 17 comunidades com processos formalizados e em andamento e enquadrados em fases distintas, de acordo com o quadro de acompanhamento apresentado em seguida.

Quadro 9: Quadro resumo de regularização de territórios quilombolas do estado do Rio de Janeiro.

INCR - RJ – Quilombos em Andamento																																
Atualizado em 12/11/2013 - MPAC																																
		itálico = estimado			54.180		R T I D										Contestação															
	Quilombo	Município	Famílias	Ha	Processo	Palm	Not.1	R.Ant	R.Agr	Cad.F	Plant	P.Tec	P.Jur	Edital	Not.2	C.Tec.	C.Jur.	Recur	Port	Dec	Cade	Aval	Ajuiz	Estat	Título	Desin	Obs					
1	Preto Forro	Cabo Frio	12	90	001270/2004-28	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	#	#	ok	ok	#	ok	#	ok	ok	ok	ok	titulado				
2	Santana	Quatis	28	722	001113/2004-12	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok							
3	S. José da Serra	Valença	31	476	001592/2005-58	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	#	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok							
4	Marambaia	Mangaratiba	281	1600	000945/2006-83	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok												ok			em negociação					
5	Sacopã	Rio de Janeiro	13	0,64	000712/2005-08	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok							ok								
6	Rasa	Búzios	650	1600	001112/2004-78	ok		ok																			em definição					
7	Caveira	S P da Aldeia	162	223	001482/2004-13	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok								ok								
8	Bracuí	Angra dos Reis	121	650	000971/2006-10	ok		ok		ok																	em definição					
9	Pedra do Sal	Rio de Janeiro	25	0,35	001957/2005-44	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok																
10	Sobara	Araruama	30	15	001502/2006-18	ok	ok	ok	ok	ok	ok																					
11	Cabral	Paraty	50	513	000973/2006-09	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	#														
12	São Benedito	São Fidélis	60	2953	001554/2006-86	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok																
13	Alto da Serra	Rio Claro	20	327	000972/2006-56	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok																
14	Cruzeirinho	Natividade	37	0,5	000993/2007-52	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok																				
15	S. José Pinheiro	Pinheiral	30	5	001416/2009-40			ok																			em definição					
16	Botafofo	Cabo Frio	37	129	000515/2007-42	ok	#	ok	ok	ok	ok	ok																				
17	Maria Romana	Cabo Frio			001440/2011-01	ok																					est preliminares					
Legendas (# = não se aplica)																																
Ajuiz = Ação de desapropriação			C.Tec. = Contestações respondidas Técnicas					Edital = Publicação do Edital							Palm = Certificação Palmares							Port = Portaria										
Aval = Avaliação dos imóveis			C.Jur. = Contestações respondidas Jurídicas					Estat = Estatuto da Associação							P.Tec = Parecer Técnico							R.Ant = Relatório Antropológico										
Cad.F = Cadastro de Famílias			Dec = Decreto Presidencial					Not.1 = Primeira Notificação							P.Jur = Parecer Jurídico							R.Agr = Relatório Agro-Ambiental										
Cade = Cadeia Dominial			Desin = Desintrusão					Not.2 = Segunda Notificação							Plant = Plantas							Recur = Recursos Respondidos										

Fonte: Divisão de Ordenamento Fundiário.

No exercício 2013, priorizamos a atuação dos técnicos e o dispêndio financeiro nos territórios :

- SANTANA e SÃO JOSÉ DA SERRA : Constantes reuniões com as Comunidades para repasse de informações e estabelecer estratégia para enfrentar as situações geradas por decisão judicial.
- MARAMBAIA : Delimitação final do território devido a diversas situações que envolvem interesse da Marinha Brasileira, o INCRA e a Comunidade Quilombola, esta tutelada pelo Ministério Público Federal que move desde 2006 uma Ação Civil Pública contra o INCRA e a União para a conclusão do processo de titulação. Foram várias reuniões e idas e vindas no território para definição de uma área que atendesse aos interesses dos envolvidos. Ao que tudo indica, as tratativas evoluíram de forma significativa em 2013 e é possível que um acordo, na forma de um Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo todas as partes, seja assinado ainda no primeiro semestre de 2014.
- BOTAFOGO : Discussões com a Comunidade durante o início de 2013 para finalizar a delimitação do território. Deslocamentos à Comunidade para colher subsídios para embasar as contestações técnicas, que foram concluídas. O Processo foi enviado a Procuradoria para análise das questões de foro Jurídico. Aguardamos a devolução para prosseguimento.
- RASA : Constantes idas a Comunidade para resolver problemas relacionados a delimitação do território. Resolveu-se destacar parte deste território para formar a Comunidade de Maria Romana, cujo pedido foi aceito e formalizado processo. Iniciou-se os trabalhos de formatação do laudo antropológico, que deverá ser finalizado em 2014.

O maior entrave ao avanço das ações na Regularização de Territórios Quilombola reside na atuação da Procuradoria Federal Especializada junto à Superintendência Regional do Rio de Janeiro nos processos, mais especificamente em duas situações: parecer e contestações jurídicas. Devido à sobrecarga de trabalho à que esta especializada está submetida com a transferência de diversos procuradores para atuarem diretamente na Procuradoria Regional Federal, as instruções na Procuradoria Federal Especializada demoram mais que os processos ordinários até mesmo pelas particularidades de cada processo de titulação de comunidade remanescente de quilombo.

Cumprir ainda destacar que o cumprimento da meta estabelecida no início de cada ano, ainda está sujeita a ingerências do judiciário quando julga as desapropriações dos Territórios Quilombolas, estabelecendo o contraditório e muitas vezes contrariando os interesses da Autarquia. Esta demanda já é velha conhecida, pois convivemos há muito tempo com ela nos processos de Desapropriação por Interesse Social, para assentamento de famílias da Reforma Agrária.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

Na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária desta Regional, o maior volume de atendimento ao público concentra-se nas ações de Gerenciamento do Cadastro de Imóveis Rurais e na Certificação de Imóveis Rurais. Em um segundo plano atendemos a demanda ocasionada pela ação de Regularização de Territórios Quilombolas e Regularização Fundiária (F.N.S.C). Estas atividades são desempenhadas por todos os servidores da Divisão, acompanhadas mais efetivamente por gestores, que conduzem as ações, supervisionadas pelo chefe da Divisão Fundiária.

O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os gestores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação meta x gastos, a fim de otimizados recursos financeiros e a capacidade operacional da Divisão.

Além das reuniões mensais com os gestores das ações e a chefia da Divisão fundiária, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todos o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão fundiária.

Além destas reuniões internas, todas as atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional. Sendo a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária uma prestadora de serviços na área da cartografia para as demais Divisões, nesta reunião são alinhavadas novas missões, sem prejuízo das metas já pré-definidas pela própria Divisão.

Ainda mantém-se permanente contato com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos financeiros, mediante apresentação de metas e plano de trabalho. Também há contatos constantes na busca de soluções para alguns empecilhos que fogem a governabilidade da Divisão e do Gabinete da Superintendência.

3.1.5 Indicadores

Quadro 10: Indicadores do macro processo Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha.), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha.) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	3.427.072,90/ 4.387.017*100 =78,11%
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	40/83*100 =48%
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária*	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	4/5*100 =80%
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

*Para o cálculo do índice foi utilizado o número de imóveis regularizados no exercício independentemente do início do processo de regularização.

a) Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais

O índice apresentado é considerado bom, pois faltam apenas 22% do território a ser cadastrado. Com a implantação do SIGEF espera-se que o índice atinja sua totalidade.

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis

Ao longo do ano de 2013 com 83 processos formalizados e uma área total de 55.310,0651 ha. esta ação concentrou-se na análise de processos de certificação e suas peças técnicas. Todos estes processos foram referentes a imóveis rurais privados. Do total de processos analisados, 40 foram certificados com uma área de 32.054,6461 ha. dentro do exercício de 2013, 14 foram arquivados, cuja área foi de 5.597,26, 18 PROCESSOS encontram-se EM ANÁLISE – DF/RJ, cuja área total é de 13.860,61.

c) Índice de Regularização Fundiária

O índice da Regularização Fundiária foi de 80%, tendo em vista que foram iniciados, no exercício de 2013, cinco processos de regularização fundiária e regularizados quatro imóveis (totalizando 58.378 hectares). Os quatro imóveis regularizados são objetos de solicitações de regularização fundiária iniciada em exercícios anteriores.

Ainda que o índice tenha alcançado o valor de 80%, a regularização das áreas da Fazenda Nacional, enfrentou alguns entraves, tais como:

- Atraso na liberação orçamentária em 2013, que se deu só no mês de maio.
- A ausência de normativa específica que trate do fluxo dos procedimentos.
- Ausência de servidor habilitado para proceder à avaliação de lotes urbanos. A maior parte da demanda dos processos de regularização fundiária das áreas inclusas na FNESC é de imóveis urbanos. Tanto a venda do domínio pleno dessas áreas aos ocupantes quanto a remissão ou transferência de aforamento depende de avaliação do imóvel. O acervo, que possui milhares de processos administrativos antigos, plantas topográficas, livros fundiários, fichas, encontra-se atualmente desorganizado, para tanto está prevista para 2014 a contratação de empresa especializada para digitalização do acervo com produção de instrumentos de consulta.
- Exíguo quadro de recursos humanos.

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Não se aplica.

3.2 OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 11: Ações do macro processo Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha.)	4100	6.874,62*	93.640,72	93.424,18	72.190,34	64.488,38	21.243,84
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	220	313	43.845,50	43.278,43	36.792,43	33.898,35	6.486,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha.)	0	1	210.952,79	210.952,79	-	-	210.952,79
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha.)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	12	6**	109.624,04	103.078,13	59.148,13	54.148,13	43.930,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	1	1	4.539,91	3.939,91	3.939,91	3.939,91	-

* No cômputo da execução física foi utilizado o valor de área medida.

**São contabilizados todos os projetos com atendimento iniciado no exercício, independentemente da conclusão no exercício.

Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha.)	-	461 Há	36.977,25	-	36.977,25	-
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	-	-	561,81	-	561,81	-
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha.)	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha.)	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	-	-	-	-	-	-
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	-	-	2.803,00	2.002,54	800,46	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Conforme Regimento Interno da autarquia, aprovado pelo Decreto n.º 5.735, de março de 2006, com alguns ajustes feitos pelo Decreto n.º 5.928, publicado em outubro, à Divisão de Obtenção de Terras – SR(07)T, compete coordenar e supervisionar a execução de diversas atividades. Esta está setorizada por três serviços distintos: Serviço de Obtenção, Serviço de Implantação de Assentamentos e o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Nos serviços, no ano de 2013, ações específicas foram direcionadas com o objetivo de melhor responder aos anseios da população rural atendida pela autarquia.

No Serviço de Obtenção, a realização de vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, com destinação à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária, a vistoria e avaliação de áreas para adjudicação de imóveis junto à Fazenda Nacional, e a promoção de discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação foram os pontos principais focados no ano de 2013. Para o Serviço de Implantação de Assentamentos, o enfoque principal foi o reconhecimento de famílias da Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo, com foco também para o procedimento de cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados, lotes retomados ou vacância em projetos de assentamento de reforma agrária e o gerenciamento do sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária. Por fim, o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais teve como prioridades a adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária e fomento da implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas, além de tratativas com o Órgão Estadual de Meio Ambiente para recuperação de passivos ambientais e o atendimento de condicionantes de licenças já emitidas.

Para que a Divisão alcançasse plenamente suas metas, diversos fatores e atores, principalmente externos, deveriam estar em plena sintonia. Porém, a grande maioria não esteve, surgindo assim entraves, tais como:

- a) A morosidade do Judiciário Regional, pois, além de decisões que negam ao INCRA a imissão na posse em processos de desapropriação, o Judiciário tem feito com que a Reforma Agrária retroceda no Estado do Rio de Janeiro, com sentenças determinando que Projetos de Assentamento já instalados sejam extintos;
- b) Ações judiciais favoráveis aos proprietários, visando suspender processos administrativos de fiscalização da função social, citando neste caso, processos com vistorias realizadas, processos com vistorias iniciadas, e processos recém-abertos sem realização de vistoria.
- c) Os índices de produtividade, fixados em 1980 com base no Censo Agropecuário de 1975, que são base para classificar uma propriedade rural como produtiva ou improdutivo, não foram ajustados de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional, conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 8629/93, cuja redação foi dada pela MP nº 2183-56/01;
- d) As áreas indicadas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais atuantes no Estado do Rio de Janeiro, conforme preceituado no Decreto 2.250, de 11 de junho de 1997, não tem se mostrado eficiente, em função dos resultados não satisfatórios, haja vista a grande quantidade de áreas vistoriadas a partir de 2008 e que foram classificadas como Grande Propriedade Produtiva.
- e) A grande valorização do mercado de terras no Estado do Rio de Janeiro tende a inviabilizar a aquisição de imóvel rural, em função da possibilidade de ultrapassar o limite previsto na Portaria/MDA/nº. 7/2013, que para o bioma encontrado no Estado do Rio de

Janeiro é de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por família . Pode-se citar o Porto do Açú localizado em Campos dos Goytacazes, Comperj e outros projetos associados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, municípios associados à prospecção do petróleo em águas profundas, como por exemplo Macaé, bem como municípios da Região dos Lagos e os diversos eventos internacionais a serem realizados.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Como estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), esta SR utilizou-se dos seguintes meios:

- Consulta, realizada pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra, à Fazenda Nacional, visando a imóveis penhorados em favor da União com a finalidade de aquisição não onerosa por adjudicação;
- Consulta junto à Secretaria de Patrimônio da União sobre a existência de terras públicas, com viabilidade técnica e ambiental para serem destinadas à Reforma Agrária;
- Rastreamento de imóveis potenciais de aquisição para Reforma Agrária, muitas vezes realizado concomitantemente nas vistorias realizadas por esta SR;
- Recebimento de demandas de solicitação de vistorias por parte dos movimentos sociais, e ulterior análise e parecer sobre prosseguimento.

Assim como em anos anteriores, o INCRA do Rio de Janeiro, em 2013, não conseguiu a imissão na posse de propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos, principalmente devido à morosidade característica do Judiciário e à natureza mais conservadora deste poder em âmbito regional.

A Divisão de Obtenção de Terras, mesmo com todas as dificuldades citadas, realizou uma vistoria de avaliação e quatro vistorias para adjudicação, como outras vistorias que contam para a meta, que apresentam um elevado grau de importância, devido ao fato de serem áreas que viriam sem custos de aquisição para o INCRA. Citam-se as seguintes vistorias e seus motivos:

- Fazenda São Fernando (objetivo de avaliar imóvel já decretado de interesse social para fins de Reforma Agrária, Processo nº 54180.002303/2003-76);
- Fazenda Jundiá (objetivo de confrontação com avaliação realizada por oficial de justiça e parecer sobre viabilidade do imóvel para assentamento de famílias, Processo nº 54180.000249/2012-15);
- Fazenda Bom Retiro (objetivo de confrontação com avaliação realizada por oficial de justiça e parecer sobre viabilidade do imóvel para assentamento de famílias, Processo nº 54180.000280/2012-56);
- Fazenda Santa Luzia (objetivo de confrontação com avaliação realizada por oficial de justiça e parecer sobre viabilidade do imóvel para assentamento de famílias, Processo nº 54180.000288/2013-01);

- Conjunto Pedra Negra (objetivo de confrontação com avaliação realizada por oficial de justiça e parecer sobre viabilidade do imóvel para assentamento de famílias; Processo nº 54180.000763/2010-99).

Cita-se também realização de Pesquisa do Mercado de Terras para as regiões Norte e Serrana, visando à elaboração da Planilha de Preços Referencial, a qual não é contabilizada como meta no planejamento, entretanto, sua elaboração é de grande valia para decisões do Comitê de Decisão Regional e muito empregada em avaliações e perícias judiciais. Todas as áreas contabilizadas no monitoramento das vistorias perfazem mais de seis mil hectares vistoriados.

Em 2013 com a realização das cinco vistorias, que visaram a subsidiar a Superintendência Regional para obtenção de futuras terras e implantação de novos assentamentos, a SR vistoriou mais de 6 mil hectares.

A meta prevista para o exercício 2013 foi de 4.100 ha., cuja programação inicial abrangeu áreas para desapropriação. Entretanto, devido a dificuldades relacionadas com disponibilidade de recursos para vistorias, ações judiciais de proprietários visando impedir vistorias de imóveis, e decisões desfavoráveis na justiça em relação a imóveis previstos, houve prejuízo no planejamento inicialmente acordado.

A realização de vistorias de adjudicação superou ao inicialmente previsto, muito provavelmente devido ao fato de serem vistorias mais simples, com menos demanda de técnicos, menos demanda de recursos, e sem entraves normalmente encontrados na vistoria de desapropriação, como os citados anteriormente. Tal situação restou contribuindo para o alcance de índices acima do programado para vistorias no Estado.

Por fim, cabe mais uma vez ressaltar que não há segurança para afirmar metas dependentes de decisões judiciais no momento no Estado do Rio de Janeiro. Há indefinição na previsão de criação de assentamentos em áreas onerosas, devido à morosidade do judiciário em dar andamento aos processos, e também devido a ações contrárias à Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, por parte do mesmo judiciário, citando como exemplo recente a extinção de um Projeto de Assentamento criado havia anos. Pode-se citar também a não imissão na posse ao INCRA pelo Poder Judiciário em propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos pelas razões já expostas. O Incra avalia e emite os TDAs, disponibilizando o valor avaliado do imóvel, porém não há retorno do judiciário visando à imissão na posse dessas áreas. Consequentemente, não se obteve terras para assentar as famílias acampadas no estado.

Atualmente, a Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos da Superintendência Regional do Rio de Janeiro possui um grande passivo de processos não concluídos, iniciados seja a partir de indicação de áreas por movimentos sociais ou oriundos de fiscalização cadastral. No momento, existem mais de 30 processos de vistoria e avaliação em andamento para aquisição de imóveis rurais pela Divisão de Obtenção Terras.

Tais processos, em sua maioria, possuem óbices judiciais que impedem seus trâmites administrativos normais. Citam-se, também, diversos processos aguardando adequação ao novo fluxo de obtenção de terras, ou seja, áreas que tiveram a vistoria de verificação da função social procedida, sendo constatadas como improdutivas após apresentação de recursos, mantiveram sua classificação de improdutividade e, de acordo com as novas normativas, para seu correto prosseguimento deverão ser avaliadas e, concomitantemente, serem gerados estudos de geração de renda do imóvel em questão, bem como elaboração do respectivo anteprojeto de parcelamento. Nos referidos processos, somadas suas áreas e supostas capacidades de assentamento, totalizariam mais de 40.000 hectares e cerca de 3.000 famílias beneficiadas. Tais números superam a

quantidade de famílias acampadas no Estado e, sendo tais áreas direcionadas para o público de reforma agrária, supririam, hipoteticamente, a demanda por assentamentos no estado.

A seguir, discorre-se acerca de itens fundamentais na demonstração dos resultados:

Em 2013 foram realizadas cinco vistorias que visaram a subsidiar a Superintendência Regional para obtenção de futuras terras e implantação de novos assentamentos, as quais perfazem mais de 6 mil hectares vistoriados.

Quadro 13: Demonstração do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria (nº. de planejados e obtidos).

Planejados-Vistoria	Obtidos	Observação
Sapucaia	Não	Suspensão na Justiça
Santa Cruz	Não	Suspensão na Justiça
Lagoa dos Patos	Não	Retirada da programação por razão de não envio de recurso solicitado
Pedra Negra(Adjudicação)	Não	Pendente de encaminhamento na Fazenda Nacional
Santa Luzia (Adjudicação)	Não	Aguardando decisão judicial acerca da avaliação
Jundiá (Adjudicação)	Não	Encaminhado à Fazenda Nacional
Bom Retiro (Adjudicação)	Não	Encaminhado à Fazenda Nacional

Fonte: Divisão de Obtenção.

Quadro 14: Demonstração do planejamento e resultados obtidos nas atividades de avaliação (nº. de planejados e obtidos):

Planejados-Avaliação	Obtidos	Observação
Cambahyba	Não	Suspensão na Justiça
Bom Jardim	Não	Suspensão na Justiça
Maruí-Almada	Não	Suspensão na Justiça
Vale do Sol	Não	Aguardando imissão de posse
Ribanda	Não	Em pendência de pagamento de TDA
Caeté e Cedro	Não	Vistoria postergada por razão de anulação de recursos
La Florida Surubi	Não	Vistoria postergada por razão de anulação de recursos. Enviada para Kit Decreto após Portaria MDA nº 86/2013 – Kit Decreto para publicação
Planejados-Avaliação	Obtidos	Observação

São Joaquim	Não	Vistoria postergada por razão de anulação de recursos. Aguardando documentos para enviar para Kit Decreto após Portaria MDA nº. 86/2013 postergar aplicação do Novo Fluxo
Rio Novo	Não	Vistoria postergada por razão de anulação de recursos. Enviada para Kit Decreto após Portaria MDA nº. 86/2013 postergar aplicação do Novo Fluxo
Nova Esperança e Anexo	Não	Vistoria postergada por razão de anulação de recursos. Enviada para Kit Decreto após Portaria MDA nº. 86/2013 postergar aplicação do Novo Fluxo
São Fernando	Não	Arquivada por apresentar características desfavoráveis para implantação de projeto de Assentamento de Reforma Agrária

Fonte: Divisão de Obtenção.

Em relação ao orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, como outrora divulgado, cumpre destacar que não há segurança jurídica para afirmar metas dependentes de decisões judiciais no momento no estado do Rio de Janeiro. Há indefinição na previsão de criação de assentamentos em áreas onerosas, devido à morosidade do judiciário em dar andamento aos processos, e também devido a ações contrárias à Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro, por parte do mesmo judiciário, citando como exemplo recente a extinção de um Projeto de Assentamento criado há anos.

Pode-se citar também a não imissão na posse ao INCRA pelo Poder Judiciário em propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos devido tanto à morosidade característica do Judiciário quanto à natureza mais conservadora deste Poder em âmbito regional. Consequentemente, não se obteve, nesta SR, terras para assentar as famílias acampadas no estado.

Cabe ressaltar que a anulação de saldo de empenhos a liquidar afetou gravemente a programação de ações previamente acordada com a Coordenação de Obtenção de Terras e, resgatando informações, que para o presente exercício, o envio de recursos foi postergado pela Sede, e por essa razão as ações programadas pela SR-07 ficaram com os prazos comprometidos.

Não obstante, para as ações previstas e compromissadas com a Sede, foram programadas vistorias, notificados os representantes legais, requerido matrículas nos cartórios, requisitados servidores de outras Divisões, dentre outras ações necessárias, inclusive com gastos realizados com diárias para esses fins, e considerando que já havia sido emitidas Ordens de Serviço para as ações programadas, com equipes devidamente formadas e diárias pedidas, inclusive com alguns pedidos de diárias para servidores acima do limite de 40 diárias, não foi possível reprogramar ações sem que antes houvesse o envio de recursos e qual o montante que estaria disponível para os serviços que precisariam ser realizados. Tal fato ensejou a suspensão de todas as ações de vistoria que estavam programadas para iniciar em outubro de 2013.

a) Modalidade de Obtenção mais adotada:

1. Adjudicação: Vistoria de imóvel oferecido pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e respectiva elaboração de laudo de viabilidade de implantação de assentamento para reforma agrária no imóvel e contestação dos valores apresentados pelo Oficial de Justiça avaliador.

No ano de 2013 a modalidade de obtenção não onerosa denominada Adjudicação de Imóveis teve importância maior que a desapropriação para fins de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, diferindo dos anos anteriores, nos quais foi absoluta a aplicação da modalidade de desapropriação por interesse social.

Trata-se de modalidade em que áreas penhoradas, arrecadadas pela União por razão de não pagamento de dívidas públicas, sejam destinadas para criação de Assentamentos de Reforma Agrária, tão logo o INCRA demonstre interesse. Isto se dá mediante verificação de viabilidade para implantação de assentamento e informação de valor do imóvel a ser arrecadado, por parte do Incra, com base na planilha de preços referencias de terras.

Após a comparação dos valores por parte da justiça, que confronta os valores aplicados pelo oficial de justiça com os valores determinados pelo Incra, a partir de aferição técnica, verifica-se se o valor atende ou não ao valor da dívida declarada do imóvel em questão. A partir daí, os trâmites, comparados com os da desapropriação, são mais curtos. Nessa modalidade não há contestação de produtividade/improdutividade, o que torna mais rápida a arrecadação das terras e sua destinação à Reforma Agrária.

O município com maior número de imóveis em fase de destinação por adjudicação é Campos dos Goytacazes, inserido na região Norte Fluminense.

b) Custos médios aplicados por hectare:

1. Despesa Liquidada: R\$ 72.190,34 / Área Vistoriada: 6.874,62 ha. = R\$ 10,50/ha.*

* cabe destacar que nesses valores de despesa liquidada incluem-se despesas realizadas para serviços relacionados com a Procuradoria Regional Especializada junto ao INCRA, como Perícias de imóveis rurais e carga de processos em trâmites na justiça.

Como estratégia para o próximo período, os mais de 30 processos de vistoria e avaliação em andamento para aquisição de imóveis rurais pela Divisão de Obtenção Terras, será tratativas junto ao poder judiciário a maior agilidade no andamento dos processos. Se obtivermos sucesso, as metas estabelecidas para o próximo exercício superarão de forma expressiva às de 2013. Dessa forma, como áreas potenciais para o ano de 2014, há, no mínimo 08 (oito) áreas para desapropriação e 07 (sete) áreas de adjudicação, com grandes perspectivas de aquisição nesse ano de 2014. Além dessas, há um imóvel emblemático para Decreto em 2014, Conjunto Sapucaia, cuja desapropriação beneficiará um número significativo de famílias. Há, ainda, um possível convênio de obtenção com o Governo do Estado para reassentamento dos atingidos pela catástrofe climática de janeiro de 2011 na região Serrana.

As áreas potenciais para desapropriação/aquisição para 2014 encontram-se relacionadas abaixo:

A) Relação de áreas potenciais para desapropriação em 2014:

1. Nova Esperança e Anexo – Volta Redonda e Barra do Pirai
2. La Florida Surubi - Italva
3. São Joaquim - Italva
4. Rio Novo - Paracambi
5. Conj. Caetá e Cedro - São João da Barra
6. Periquito - Campos dos Goytacazes
7. Boianga - Campos dos Goytacazes
8. Tocos – Campos dos Goytacazes

B) Relação de áreas potenciais para adjudicação

1. Fazenda Bom Retiro – Campos dos Goytacazes
2. Fazenda Campo Novo e Coqueiro - Campos dos Goytacazes
3. Fazenda Jundiá - Campos dos Goytacazes
4. Fazenda Luiz Gonzaga das Pedras - Campos dos Goytacazes
5. Fazenda Santa Luzia - Campos dos Goytacazes
6. Fazenda Saudade - Campos dos Goytacazes
7. Fazenda Travessão e Imburi - Campos dos Goytacazes

C) Imóvel emblemático para Decreto em 2014

1. Conjunto Sapucaia – Campos dos Goytacazes

Em relação à Ação 211A - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e Licenciamento de Assentamento de Reforma Agrária, esclarece-se que:

1. Entre os anos de 2012/2013 houve significativas mudanças na legislação ambiental, inclusive relacionadas diretamente com os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária;
2. A Lei 12.651/2012 alterada pela Lei 12.727/2012 e o Decreto 7.830/2012 substituíram o antigo Código Florestal (Lei 4771/65). A mudança na legislação trouxe novas ferramentas de gestão ambiental para imóveis rurais, dentre elas, as mais importantes correspondem ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA);
3. A Resolução Conama N°387/2006, que estabelecia procedimentos para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, foi revogada pela Resolução Conama 458/2013.

Portanto, pelo exposto, constata-se que esse conjunto de mudanças determinou nova sistemática para a regularização ambiental de imóveis rurais, inclusive para os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. A nova base legal modificou o conceito de regularidade ambiental de imóveis rurais, cujo foco passou a ser o Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao invés do Licenciamento Ambiental.

Nesse sentido, no ano de 2013, o Serviço de Meio Ambiente da SR-07 focou sua atenção na criação de rotina para atendimento à nova legislação, assim como na relação interinstitucional junto aos órgãos ambientais para nivelar entendimento e procedimentos. Além disso, deu-se ênfase à busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais.

Por meio de reuniões com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA. A mais importante delas foi a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre INCRA e INEA, cujo objetivo central é a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR. O TCT visa, ainda, desenvolver ações conjuntas para direcionar a demanda de compensação ambiental da iniciativa privada e do projeto Jogos Limpos de compensação da emissão de carbono para a recuperação de passivos ambientais dos Projetos de Assentamentos. O TCT foi amplamente discutido nos anos de 2012/2013 e assinado no final de 2013.

A meta de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária determinava 12 (doze) Projetos de Assentamento Beneficiados/Monitorados, conforme consta no Quadro 11 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária. Entretanto, nessa ação só foi possível atender ao número de 6 (seis) Projetos.

É importante frisar que, por diversas razões, inclusive pelo fato de que parte do planejamento e execução pela SR-07 em relação às metas estipuladas na ação de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento dependerem da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica – TCT entre o INCRA e o INEA, foram despendidos significativos esforços institucionais para sua assinatura, em detrimento a uma ação mais efetiva das metas. Acrescenta-se, ainda, que, dado ao atraso na agenda planejada para o lançamento do CAR, houve, consequentemente, atraso no firmamento do TCT, que só foi assinado em novembro de 2013, ocasião em que a Ministra de Meio Ambiente esteve no Rio de Janeiro para participar do evento de lançamento do CAR no estado.

Por fim, cabe lembrar que, apesar de ter sido lançado oficialmente, o sistema CAR (SiCAR) ainda está em processo de implantação no estado.

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

Neste item, por não ter havido desconto de passivo ambiental nas áreas avaliadas no exercício analisado, o valor é 0 (zero).

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Não houve registro de imóveis desapropriados no exercício referente ao relatório de gestão, e tampouco nos cinco anos anteriores, pelos motivos já citados anteriormente.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da Reforma Agrária

O desempenho da Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, foi superior comparativamente ao exercício anterior. Foram cadastradas 636 famílias no SIPRA, divididas entre candidatos encontrados nos projetos de assentamento durante vistorias, acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, regularização de novas famílias em projetos de assentamento estaduais reconhecidos pelo INCRA e os pescadores da Reserva Extrativista Arraial do Cabo, além dos candidatos que comparecem à Superintendência.

Em relação ao assentamento de famílias, foram homologados 313 assentamentos, superando a meta de 230, sendo que deste total, a Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo foi responsável por 289, ficando o restante por conta de substituições nos projetos de assentamento, em lotes retomados após ação de vistoria ocupacional.

Ressalta-se mais uma vez a preocupação em relação a não imissão na posse ao INCRA pelo Poder Judiciário em propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos, em razão tanto da morosidade característica do Judiciário quanto da natureza mais conservadora deste Poder em âmbito regional. Como consequência primeira desse fato tem-se a não obtenção de terras para assentar as famílias acampadas no estado. Corroborando com isso, tal situação vem ano a ano diminuindo a capacidade de resposta aos acampamentos no estado, causando preocupação da Superintendência para o cumprimento de metas previamente estipuladas. Não houvesse a possibilidade de reconhecimento da Resex, muito provavelmente a SR(07) não cumpriria as metas estipuladas para o exercício em análise.

As estratégias para atendimento do público alvo estão voltadas para revisão ocupacional, desapropriação de áreas e adjudicação, sendo esta a de maior expectativa pelas razões já expostas.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

Os processos em andamento são acompanhados a cada semana em seus trâmites internos e externos, com a devida anotação em planilha de acompanhamento e registro. Tais processos são caracterizados por nome do imóvel, nº. do processo, município, região, indicação de movimento social, tipo de aquisição, fase atual, trâmite atual, e outras informações importantes para que seja prontamente identificado e dado o encaminhamento necessário.

As informações são frequentemente compartilhadas com o Gabinete e com a Sede, visando manter as informações atualizadas em todos os níveis.

3.2.7 Indicadores

Quadro 15: Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	R\$ 210.952,79 / 326,52 =
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	R\$ 646,06
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	1/1 *100 =
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	100
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor *	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	16+8/37*100 = 65%

* O número utilizado, 37, são PAs em estruturação, desconsiderando o número de assentamentos consolidados, municipais, estaduais e reconhecimentos.

a) Índice de gastos com Obtenção de Terras

Para o cálculo do índice do gasto foi utilizado o valor do único imóvel com TDA no ano, Conjunto Ribanda Rio Bandar. Este valor mostra que o custo está dentro dos padrões definidos pela planilha de preços referenciais.

b) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento

A meta de Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária determinava a execução de 01 (um) protocolo de licença, que foi devidamente realizado (E-07/002.1240/2013). No período houve também a expedição de uma licença prévia pelo órgão ambiental (LP N° IN023670).

c) Índice de Projetos de Assentamentos com licenças ambientais em vigor

O Índice de Projetos de Assentamentos com licenças ambientais em vigor determina em sua fórmula que seja utilizado: o número de assentamentos com Licença Ambiental em vigor dividido pelo total de assentamentos federais, no nível de agregação, multiplicado por 100. Considerando tal fato, informa-se que as duas licenças – Prévia e de Implantação/Operação - do Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares foram contabilizadas no cálculo do índice em referência, conforme seu registro no SIR.

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica

3.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 16: Ações do macro processo Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária*	Atendimento com ATES (famílias)	2.282	2.282	1.950.212,38	1.950.199,34	1.416.824,08	1.076.772,55	533.375,26
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**	Obra Iniciada (famílias)	140	568	889.084,00	889.070,01	31.184,01	30.784,01	857.886,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol**	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	720	820	292.008,97	263.424,57	94,00	-	263.330,57
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	146	48.979,00	45.701,49	44.560,10	41.381,49	1.141,39
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	1.240	1.106	121.680,36	121.66,90	120.166,90	120.166,90	1.500,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	250	45	24.900,00	24.823,12	24.823,12	24.823,12	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	320	128	-	-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	20.595,00	20.572,44	20.572,44	19.788,54	-

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	150	141	11.819,95	11.806,13	11.806,13	10.938,13	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	80	80	-	-	-	-	-

Para as ações 0427 e 211A não houve distribuição de Metas físicas na LOA por SR.

* Para a composição do Valor, foram somados os seguintes planos Orçamentários: 49201216062012210S0002(Brasil sem Miséria – Assist. Tec. E Ext.Rural para a Ref. Agrária), 49201216062012210S0003 (Assist. Tec. E Ext.Rural para a Ref. Agrária) e 49201216062012210S0004 (Territórios da Cidadania Assist. Tec. E Ext.Rural para a Ref. Agrária).

**Para cálculo da meta, foram contabilizados todas as famílias beneficiadas no exercício, independentemente da conclusão da obra, por se tratar de uma ação continuada.

Quadro 17: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária***	Atendimento com ATES (famílias)	356	1.407.832,04	86.136,56	1.271.362,44	50.333,04
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas****	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	8.960.200,00	3.189.800,00	3.354.837,00	2.415.563,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento*****	Obra Iniciada (famílias)	84	1.290.221,81	0	586.948,57	703.273,24
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	202.913,78	150.363,58	2.550,20	50.000,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	5.400,99	409,33	4.991,66	0
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	-	-	-	-	-
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	3.906,90	0	3.906,90	0
0211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	24.160,00	0	24.160,00	0
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

*** Foram somados os valores dos Programas 0137 (Desenv. Sustentável de PAs) e 2066 (Ref. Agr. e Ord. da Est. Fundiária) correspondente a atividade.

**** Foram somados os valores dos Programas 1427 (Assist. Tec. e Ext. Rural na Agric. Familiar) e 2012 (Agricultura Familiar) correspondente a atividade.

***** Foram somadas as obras concluídas para implantação e recuperação de estradas.

3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

A Superintendência não dispõe de dados sistematizados por microrregião que permitam um diagnóstico do déficit de infra-estrutura dos Projetos de Assentamento.

As ações de infra-estrutura neste exercício procuraram atender, dentre as limitações do Orçamento, a priorizar ações de implantação/complementação de estradas vicinais internas em Projetos de Assentamento que serão beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida do plano nacional de Habitação Rural. Assim elegemos o projeto de Assentamento Francisco Julião, no Município de Cardoso Moreira (Território da Cidadania), cujas famílias receberão financiamento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) para construção de moradias e o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, onde os assentados que serão beneficiados com recursos para reforma das casas dentro do mesmo Programa.

A partir de 2014 as intervenções do Incra, para implantação/recuperação de estradas de acesso aos assentamentos, serão executadas através de Chamamento Público, para seleção de propostas de infra-estrutura a serem apoiadas financeiramente pelo Incra, por meio de celebração de Convênios com entidades governamentais (Municípios e Estados). Serão priorizados os assentamentos beneficiados pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Para prover as famílias assentadas o acesso à água e universalizar energia elétrica nos assentamentos, a Superintendência buscará a integração de demais Políticas Públicas inserindo-as no Programa Água Para Todos e dando continuidade a parceria já consolidada do Programa Luz Para Todos.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

211A - Fomento à agro industrialização e a Comercialização – Terra Sol

No exercício de 2013 o recurso para esta ação foi disponibilizado no segundo semestre. A SR-07/RJ fez as licitações necessárias para que haja condições reais da referida agroindústria entrar em operação no primeiro semestre de 2014 (proc. 54180.000818/2013-11 e proc. 54180.000819/2013-58) beneficiando 132 famílias dos PA'S Ilha Grande e Che Guevara.

Em dezembro de 2013, no município do Rio de Janeiro, foi realizada a feira dos produtos oriundos de nossos assentamentos, 15 projetos de assentamento participaram da Feira da Carioca, atingindo cerca de 700 (setecentos) beneficiários da reforma agrária. Desta forma o atingimento da execução física foi de 832 famílias, compondo-se dos atendidos pela fábrica de açúcar mascavo e os assentados participantes da referida feira.

211A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

A meta fixada é de 1240 lotes vistoriados já atingimos 1.106. Está programado para o exercício de 2014 vistoria do PA Novo Horizonte, com capacidade de 285 famílias, bem como cerca de 40 vistorias nos Projetos de Assentamento Remanescente Campos Novos e Cantagalo.

A meta de 2013 alcançou 89% do previsto.

211A – Implantação e recuperação de Infraestrutura básica em Projetos de Assentamento

As metas previstas de nº. de famílias beneficiadas com implantação e recuperação de infraestrutura básica em PAs viabilizando a construção de habitações para o programa PNHR foram amplamente alcançadas; META – 140 famílias; META REALIZADA – 568 famílias, ou seja 495,7%. A estratégia para 2014 constitui-se na busca de parcerias institucionais e entidades da sociedade civil, para atender a demanda habitacional no campo.

211A - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

O percentual da meta realizada (45 famílias) no ano, foi de 18% da meta estipulada (250 famílias), justificado pela não arrecadação de novas áreas para criação de novos projetos de assentamentos no âmbito desta Superintendência durante o presente exercício de 2013, portanto as ações de elaboração de anteprojeto estão restritas e com um número muito menor do que o estabelecido nas metas. Alguns entraves dificultam ainda mais as ações, principalmente o que se refere à decisão em tempo hábil, sobre o processo de execução, se ocorrerá de forma direta ou se por meio de licitação. E também pela falta de equipamentos (notebook's, GPS's e software's) adequados ao tipo de atividade desenvolvida pela equipe que elabora o anteprojeto.

Em 2013 foram realizadas as bases cartográficas e elaborado anteprojeto de parcelamento de 02 (dois) PA's Francisco Julião – 45 famílias e Chico Mendes – 31 famílias para atendimento de 76 (setenta e seis) famílias, sendo que a do PA Chico Mendes ficará para o ano de 2014.

Os recursos orçamentários e financeiros tiveram sua aplicação de forma boa e regular na demarcação topográfica no PA Francisco Julião.

211 A - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

A meta física estabelecida foram 320 títulos emitidos e a execução foi de 128 títulos, 40% da meta foi atingida.

Algumas questões atrasaram a execução da meta:

- o atraso no início das vistorias ocupacionais que são usadas como base para o processo de emissão dos títulos;
- e, principalmente, a dificuldade na obtenção do material cartográfico (plantas e memoriais descritivos) e a falta de informações necessárias nos materiais obtidos;

210 T - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

A meta física é de 80 profissionais capacitados. A execução dessa ação foi de 100%, tendo em vista os cursos de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural e Sustentável em Assentamentos de Reforma Agrária - Residência Agrária/30 alunos, realizado pela UFRRJ e Especialização em Trabalho, Educação e Movimento Social – Residência Agrária/50 alunos, promovido pela FIOCRUZ.

0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Da meta física prevista de 313 famílias, foram atendidas 146 famílias (46,65%). No primeiro semestre de 2013, foram concedidos 05 créditos na modalidade “Apoio Inicial”, 62 créditos na modalidade “Aquisição de Materiais de Construção” e 38 créditos na modalidade “Recuperação de Materiais de Construção”. Em junho de 2013, com a publicação da Portaria Inera/P/Nº 352/2013,

todos os recursos financeiros depositados nas contas dos assentamentos foram integralmente recolhidos. De acordo com essa Portaria, apenas seriam restituídos recursos para aqueles assentamentos que se enquadrassem dentro de alguns critérios estabelecidos no seu Inciso I, alínea “a”, “b”, “c” e “d”. Neste sentido, após apresentadas todas as demandas solicitadas, foram liberados os valores para atender apenas alguns assentamentos que já estavam em processo de aplicação à época do recolhimento. Com a devolução de parte dos valores, realizada no final do mês de julho do mesmo ano, foram concedidos mais 05 créditos na modalidade “Apoio Inicial”, 21 créditos na modalidade “Aquisição de Materiais de Construção” e 15 créditos na modalidade “Recuperação de Materiais de Construção”.

Apesar do não cumprimento da Meta, pode-se considerar que nos últimos anos ocorreu um grande avanço nesta Regional com relação ao Programa de Crédito Instalação. A Equipe de crédito foi reforçada com mais servidores empenhados na materialização dos objetivos do Programa; tem ocorrido um efetivo apoio do atual Chefe da Divisão de Desenvolvimento nas ações planejadas pela Equipe de Crédito, com a cobrança constante da qualidade na prestação dos serviços e o amplo atendimento às famílias envolvidas em todo o processo. Outro grande destaque tem sido a crescente melhoria na interação entre servidores da Divisão para solucionar problemas existentes referentes aos procedimentos operacionais do Programa de Crédito. A organização dos processos e o cuidado em observar as orientações constantes nas Instruções Normativas e Norma de Execução tem sido um avanço na rotina da Equipe de Crédito. O Planejamento dos trabalhos certamente pode ser considerado como o principal ponto positivo alcançado nas ações referentes ao Programa.

Com relação à execução física, ou seja, os créditos efetivamente concedidos às famílias assentadas, existem inúmeros fatores que dificultam, ou mesmo impedem a materialização do regular processo de operacionalização do Programa de Crédito, tais como: grande dificuldade de conseguir viaturas para realizar as viagens aos assentamentos; maioria das viaturas em mal estado de conservação; a falta de motoristas na Regional; a falta de recursos para as despesas de deslocamento dos servidores; a demora no pagamento destes recursos; a precariedade de infra-estrutura na grande maioria dos assentamentos, o que dificulta a aplicação dos créditos nestas áreas, visto que a falta de acesso aos lotes (estradas) impedem a entrega dos produtos/materiais às famílias beneficiárias; grande número de famílias em situação irregular, o que impossibilita a concessão dos créditos e outros.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

A estratégia a ser utilizada para a consolidação dos projetos de assentamento deverá se pautar principalmente no incentivo a transformação da produção excedente por meio da Agroindústria (Terra Sol, Terra Forte), para isso se faz necessário a implementação de um sistema de ATER diferenciada, que busque a capacitação das famílias de modo a incentivar a participação na produção agroecológica, de forma a disputar a conquista de uma faixa de mercado de alto potencial, além de aumentar a participação no PAA e PNAE. Devemos ressaltar que para alcançarmos estes objetivos precisamos atualizar o acesso ao crédito para a produção, bem como facilitar a titulação dos imóveis rurais e promover a articulação para introdução do PRONATEC em projetos de assentamento.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

O planejamento para o monitoramento e a supervisão das atividades que serão executadas, requerem preliminarmente a capacitação de servidores da área de desenvolvimento em gestão de programas e processos produtivos, organização comunitária, mercado voltado para agroecologia, e novas técnicas de administração de empreendimentos rurais, voltados para assentamentos da

Reforma Agrária. É importante frisar que os atuais sistemas de controle existentes não suprem devidamente e nem expressam as realidades de forma transparente da produção, produtividade e comercialização dos produtos oriundos do esforço das famílias de trabalhadores rurais assentadas.

3.3.6 Indicadores

Quadro 18: Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	- (0/313)
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	18 /36* =50%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	82 /313 = 26%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	**

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	2282/ 3599 = 63,4% ***
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	1.106/2.673 = 41%****
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	1.587/4.352 = 36%*****

* Foi utilizado o número de assentamentos em estruturação, isto é, do total de 76 assentamentos constante no relatório SIPRA nº 227 de 31/12/13, excluiu-se os assentamentos consolidados e os reconhecimentos, totalizando 36 PAs, destes 18 assentamentos possuem PDA, PRA ou os dois.

** Não foi possível o cálculo do indicador, uma vez que o MDA está obtendo as informações relativas as contratações do Pronaf diretamente do Banco Central, porém não há a discriminação dos assentados do total dos contratos da Agricultura Familiar.

*** Foi utilizado no cálculo do Índice o valor de 3.599 (número total de famílias no relatório Sipra 229, até a data de 12/01/13, considerando PAs, PEs, PAC, PAM, que são os projetos passíveis de receber Assistência Técnica)

**** Foi utilizado o total de famílias assentadas nos PAs em estruturação, 36 Projetos com 2.673 famílias

***** Foram somados os números de famílias em PAS consolidados, incluindo os Núcleos coloniais e PIC consolidados totalizando 1.587 divididos pelo total de famílias assentadas no Estado do Rio de Janeiro, conforme relatório 229, totalizando 60 projetos.

a) Índice de acesso à água para consumo doméstico

Este programa deixou de ser atribuição do INCRA, sendo hoje de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, entretanto o INCRA ainda busca parcerias institucionais, para atendimento da demanda de 313 famílias no exercício de 2014.

b) Índice de provimento de PDA/PRA;

O cálculo do índice de provimento de PDAs/PRA considerou apenas os PAs federais até a fase 6 (mais novos e abrangidos pelo advento da criação do instituto do PDA/PRA), os quais somam 36 PAs, considerando ainda os PAs em fase de extinção, e o PA Sebastião Lan I que já teve seu PDA aprovado pelo INCRA

c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Embora o índice seja relativamente baixo (26%), não haveria a possibilidade de ser maior, visto que não apenas o déficit habitacional nos Projetos de Assentamento do Estado do Rio de Janeiro é pouco relevante, bem como as famílias inclusas como beneficiárias no Programa Nacional de Reforma Agrária no exercício de 2013, tanto na RESEX Marinha de Arraial do Cabo quanto aquelas assentadas em lotes vagos em projetos existentes não necessitavam de política habitacional.

Todas as casas trabalhadas no ano foram para famílias em assentamentos criados em anos anteriores. Porém, o índice de acesso à moradia nos assentamentos deveria considerar também, o número de casas recuperadas, visto que, na grande maioria dos casos, esta modalidade de crédito também proporcionou melhores condições àquelas famílias que anteriormente tinham casas em condições precárias de moradia. Apesar de ser uma ação que não prover o acesso, ela melhora a situação habitacional do beneficiário. Neste sentido, o índice deveria ser calculado da seguinte forma: $136 / 313 = 0,43$, ou 43%.

d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção

Atualmente o MDA está obtendo as informações relativas às contratações do Pronaf diretamente do Banco Central, porém não há a discriminação dos assentados do total dos contratos da Agricultura Familiar.

Oportunamente, quando obtivermos esta segregação na informação disponibilizaremos os dados.

e) Índice de provimento de Assistência Técnica

Apesar do índice insatisfatório de 63,4% em todos os projetos que poderiam ser atendidos pelo programa, a cobertura nos Projetos de Assentamentos Federais, excluindo-se os reconhecidos, é de

quase 90%. Outrossim, está programada para o exercício de 2014 chamada pública com vistas à universalização da Assistência Técnica nos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro.

f) Índice de Parcelas Supervisionadas

O índice de parcelas supervisionadas foi de 41%. A meta de 2013 alcançou 89% do previsto. Até abril de 2014 provavelmente atingiremos aos 100%. Adotaremos como estratégia para o próximo exercício o monitoramento e sistematização das informações obtidas pelas prestadoras de ATES e das representações dos trabalhadores rurais a fim de planejar melhor os trabalhos e obter um índice maior de parcelas supervisionadas. Ressaltamos ainda que a IN/INCRA/nº. 47/2008 foi revogada e substituída pela IN/INCRA/nº. 71/2012.

g) Índice de consolidação de assentamentos

O índice de consolidação de assentamentos é de 36%. Os esforços até então realizados pela Divisão de Desenvolvimento da SR-07/RJ, faz-se visando a consolidação dos PAs jurisdicionados a esta Regional, observando-se os indicadores de desempenho. Estes se situam na faixa de regular para bom, sendo que o principal entrave para atingirmos o objetivo da consolidação dos PAs decorre da falta de conclusão dos processos judiciais de desapropriação que impede a transmissão definitiva da propriedade das áreas ao INCRA o que impede o avanço na titulação das parcelas.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Não se aplica

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

No quadro 19 tem-se o quantitativo geral das atividades executadas pelas duas Prestadoras durante a vigência dos termos aditivos aos contratos entre 23/12/2012 a 22/12/2013, bem como o percentual alcançado entre o que fora programado no projeto técnico e o efetivamente computado pela Equipe de ATES/INCRA-RJ quando da análise dos relatórios mensais entregues pelas Prestadoras.

Quadro 19: Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/11 a 22/12/12.

Prestadora	Quantidade Total de Atividades Realizadas ¹			Atividades Computadas/Atividades Programadas x 100
	Programadas ²	Realizadas ²	Computadas ²	
CEDRO	5.776	6.180	5.859	101,43%
COOPERAR	2.386	2.966	2.486	104,19%
Total geral	8.162	9.146	8.345	102,24%

Fonte: Equipe de ATES/INCRA-RJ, 2013.

Nota: ¹ Os dados apresentados no quadro referem-se ao cômputo geral de todas as atividades realizadas pelas Prestadoras no período dado, independente da classificação adotada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a qual ordena as atividades em seis classes principais: visita técnica; reuniões internas; reuniões externas; atividades coletivas de capacitação; projetos elaborados e protocolados; atividades de escritório e outras atividades.

² Define-se como atividades programadas aquelas que foram planejadas nos projetos técnicos das Prestadoras como passíveis de serem executadas durante o contrato; Atividades Realizadas são aquelas que foram registradas nos relatórios mensais das Prestadoras; e Atividades Computadas aquelas efetivamente comprovadas, fiscalizadas e contabilizadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ como feitas, após a análise dos relatórios mensais.

O quadro 20 resume os principais resultados inerentes aos serviços de ATES prestados no âmbito da SR(07)/RJ, e que são mensurados regularmente pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a saber o Percentual de Atendimento da Assistência Técnica (PAC_{ATES}), o Índice de Atendimento da Assistência Técnica (IAAT) e a satisfação média dos assentados com relação aos serviços prestados pelas duas Prestadoras. Pelo quadro abaixo, nota-se que a satisfação média dos assentados com as duas Prestadoras de ATES está em torno de 80%.

Quadro 20: Frequência dos assentados e graus de satisfação com os serviços prestados pelas Cooperativas (2013).

Prestadora	CEDRO			COOPERAR		
Mês	IAAT	PAC_{ATES}	Satisfação	IAAT	PAC_{ATES}	Satisfação
Janeiro	n	133	n	n	97	n
Fevereiro	n	100	n	n	99	n
Março	0,65	97	75,58	0,67	118	84,21
Abril	0,62	103	84,2	0,5	116	60
Maio	0,71	103	92,59	0,68	110	68,75
Junho	0,65	96	90,21	0,65	100	75
Julho	0,71	104	86,11	0,64	96	70,83
Agosto	0,77	106	92,10	0,73	107	93,54
Setembro	0,63	98	93,33	0,60	92	54,54
Outubro	n	106	n	n	111	n
Novembro	n	97	n	n	118	n
Dezembro	n	102	n	n	88	n
Média	0,67	103,75	87,73	0,63	104,33	72,41

Fonte: Relatórios parciais de fiscalização no campo da Equipe de ATES/INCRA-RJ (março a setembro/2013).

Nota: **IAAT** – Índice de Atendimento da Assistência Técnica (0 a 1), sendo um valor atribuído em função das atividades realizadas pelas Prestadoras; **PAC_{ATES}** – Percentual de Atendimento ao Contrato (em %), sendo dado, resumidamente pela razão entre o total de atividades computadas/fiscalizadas e as planejadas; **Satisfação** – percentual de satisfação média dos assentados com os serviços de assistência técnica prestados pelas contratadas (em %); **n** – valor não disponível (devido à ausência de viagens de fiscalização nos respectivos meses do ano no caso dos índices IAAT e Satisfação). A **Satisfação média** é calculada pela equação $(f_{C.S.} \times 100\% + f_{M.S.} \times 50\%) / n$ onde: $f_{C.S.}$ – frequência de assentados que apresentaram completa satisfação; $f_{M.S.}$ – frequência de assentados com mediana satisfação; e **n** o tamanho da amostra.

3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica.

4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO

O atendimento ao público externo se dá através de demandas recepcionadas pela Sala da Cidadania da Superintendência Regional, Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Ouvidoria Agrária Regional, bem como por meio de atendimento de pautas encaminhadas pelas representações dos trabalhadores, bem como de outras entidades de sociedade civil organizada e instituições dos três poderes em reuniões ou assembléias, agendadas prévia e periodicamente nas microrregiões onde estão localizados os focos das demandas. Acreditamos que este modelo tem dado certo e pretendemos perseverar e aprimorar na sua execução. Por outro lado devemos incentivar, junto as prefeituras municipais e sedes das representações de trabalhadores rurais o

estabelecimento de parcerias para atendimento utilizando meio eletrônico, de modo a dar eficiência na prestação de serviços, com transparência rapidez e informação segura.

4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE DO GESTOR

Reuniões quinzenais e monitoramento por meio de formulário próprio elaborado pelo setor de Planejamento da SR-07/RJ, como forma de avaliar, e propor correções a cada atividade pertinentes as ações e projetos constantes do Plano de Ação, nos aspectos físicos, orçamentários e financeiros da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

5.GESTÃO DE PESSOAS

5.1 DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES

A demonstração da distribuição de servidores entre as divisões da SR conta no Item 5.5

5.2 CLIMA ORGANIZACIONAL E O AMBIENTE DE TRABALHO NO ÂMBITO DA SR

Não há na SR pesquisa sobre o clima organizacional e o ambiente de trabalho.

5.3 AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM

Vide Item 5.4.4

5.4 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 21: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	115	115	**6	*18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	115	1156	6	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	113	1136	6	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado (AGU)	2	2	0	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (DAS)	3	3	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)		118	7	19

Fonte: Dados enviados pela áreas de Recursos Humanos.

*Egressos: foram considerados 11 servidores aposentados(desses, 05 ocorridos em dez/13 após fechamento da folha); exonerados(02) e removido(1); 04 procuradores para AGU.

**Ingressos: foi considerado 06 remoções de servidores para SR-07

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 22: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	** De Servidores Aposentados até 31/12	* De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	411	11
1.1 Voluntária	375	11
1.2 Compulsória	4	0
1.3 Invalidez Permanente	32	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	97	0
2.1 Voluntária	91	0
2.2 Compulsória	3	0
2.3 Invalidez Permanente	3	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	508	11

Fonte: SIAPE e extrator de dados

* 5 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

** Dados enviados por Brasília.

Quadro 23: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	344	26
1.1. Integral	304	25
1.2. Proporcional	40	1
2. Em Atividade	71	0
3. Total (1+2)	415	26

Fonte: Brasília, SIAPE e extrator de dados.

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 24: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	4	14	13	R\$ 47.586,50
1.1 Área Fim	1	1	4	3	R\$ 11.321,13
1.2 Área Meio	4	3	10	10	R\$ 36.265,36
2. Nível Médio	5	5	5	4	R\$ 18.304,93
2.1 Área Fim	2	2	2	0	R\$ 6.426,68
2.2 Área Meio	3	3	3	4	R\$ 11.878,25
3. Total (1+2)	10	9	19	17	R\$ 65.891,43

Fonte: SIAPE e extrator de dados.

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 25: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rembolsos	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em	R\$ 10.555.170,30	R\$ 239.813,73	R\$ 924.384,12	R\$ 233.635,96	R\$ 1.528.733,10	R\$ 989.658,93	R\$ 1.022,06	R\$ 4.641,58	R\$ 48.748,65	R\$ 14.525.808,43
Servidores celetista	R\$ 34.685,28		R\$ 2.890,44							R\$ 37.575,72
Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento		R\$ 58.727,51			R\$ 17.172,87					R\$ 75.900,38
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas		R\$ 15.267,85								R\$ 15.267,85

Fonte: Informações enviadas por Brasília

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 26: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Rio de Janeiro													
UG/Gestão: 373062					CNPJ: 00375972/0009-18								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	CRT Nº 4000/12	68.565.530/0001-10	18/07/2012	17/07/13			5	5			P
2010	12	O	CRT Nº.4000/10	05.703.030/0001-88	29/07/10	28/07/11	10	10					P
2012	12	O	CRT Nº. 7000/12	02.665.049/0001-99	01/08/12	31/07/13			2	2			P
2011	01	O	CRT Nº. 4000/11	07.613.468/0001-09	03/10/11	02/10/12			10	10 10			P
2013	02	O	CRT Nº. 4000/13	15.121.128/0001-80	02/10/13	01/10/14			3	3			P
2013	02	O	CRT Nº. 5000/13	15.121.128/0001-80	02/10/13	01/10/14			1	1			P
2012	03	O	CRT Nº. 3000/12	32.185.480/0001-07	18/07/12	17/07/13			7	7			P
2013	03	O	CRT Nº. 1000/13	32.185.480/0001-07	12/03/13	11/03/14					1	1	P
2011	05	O	CRT Nº. 7000/11	06.090.065/0001-51	18/11/11	17/11/12			6	6			P
LEGENDA					Observações:								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
					Fonte: SIAFI								

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 27: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos*	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	358
Desligamento	76
Concessão de aposentadoria	11
Concessão de pensão	26
Total	471

Fonte: Dados enviados por Brasília.

Obs. As admissões e desligamentos só ocorrem na Sede/DF.

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

Quadro 28: Perspectiva de aposentadorias considerando compulsória e aquisição de direito.

113 servidores	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL	%
70 anos	1	1	2	1	0	5	4,44%
* Direito à aposentar-se	2	2	6	3	5	18	15,92%
Servidores já com direito adquirido à aposentar-se						20	17,7%
Total	3	3	8	4	5	43	38,00%

Fonte: SIAPE

Total de servidores=113.

* Já descontados os servidores que farão 70 anos (compulsória).

O demonstrativo da prospecção de aposentadorias da SR-07 indica que a Regional possui 17,7% do total de servidores com os pré-requisitos preenchidos para a aposentadoria. Esse percentual será elevado para 38% até 2018. Das aposentadorias do exercício de 2013, 90% foram motivada pela proximidade da compulsória e aumento em janeiro 2014 dos pontos de gratificação (GDARA/GDAPA) que iria causar impactos financeiros na aposentadoria. Apesar de haver uma tendência dos servidores a prolongar sua aposentadoria próximo à compulsória, faz-se necessário a recomposição da força de trabalho.

Como alternativa para a recomposição da força de trabalho, considerando que o último concurso público realizado pelo INCRA expirou em 30/12/13, segundo a sede/Brasília, em 2014, será encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) solicitação de autorização para a realização de concurso público, com vistas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 29: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	*48,62 %
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	13,20

Fonte: Dados enviados da área de Recursos Humano.

109 servidores efetivos (não foram incluídos os servidores cedidos)

53 oportunidades de capacitação e 31 servidores participantes.

1.439 horas de carga horária total dos eventos de capacitação.

* foi considerado para o cálculo o número de oportunidades de capacitação, uma vez que todos servidores tiveram as mesmas oportunidades.

A SR-07/RJ no ano de 2013 teve 53 oportunidades de capacitação com 31 servidores capacitados, significando que alguns servidores participaram de mais de um evento de capacitação. Se considerar o número de servidores capacitados, foi alcançado o índice de 28,44%, se considerar oportunidade de capacitação, 48,62%. Nesses cálculos foram excluídos 05 servidores cedidos. Em instituição privada foram realizados 15,08% dos eventos e 84,91% em instituição pública. As capacitações realizadas na modalidade de ensino à distância foram de 73,58%, o que vem facilitando o cumprimento das metas físicas estabelecidas e redução de custos. Quanto à participação das Divisões, a divisão de Administração obteve 52,83% de participação em eventos; a divisão de Desenvolvimento 3,77%; a divisão de Ordenamento e Estrutura Fundiária 11,32%; a divisão de Obtenção de Terras 24,53% e a Procuradoria Regional 7,55%. Esses dados demonstram a importância de capacitar a área finalista de forma mais efetiva em 2014.

Dentre os ocupantes de DAS obteve-se o percentual de 7,55% do total dos eventos. Esse dado aponta para uma maior necessidade de participação das chefias em eventos de capacitação nos exercícios vindouros, principalmente na área de gestão de pessoas, uma vez que Decreto nº. 5707/2006 prioriza a capacitação de servidores ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS. A baixa participação da Chefia pode demonstrar sobrecarga de trabalho e/ou limitada visão da importância de participação em eventos de capacitação.

A dificuldade em relação ao processo de capacitação enfrentada neste ano, além da limitação de recursos financeiros orçamentários direcionado por parte da sede/Brasília à capacitação, foi a necessidade de uma maior ênfase por parte das chefias para que seus liderados participassem de cursos, uma vez que foram divulgadas oportunidades de capacitação através de e-mails para todos os servidores. Uma estratégia a ser usada é utilizar a diretriz do Decreto nº. 5.707 de 23/02/2006 que incentiva a inclusão das atividades de capacitação como requisito para o processo de promoção funcional nas avaliações (a divisão de Administração buscou incluir participação em eventos de capacitação como meta individual nas avaliações da GDARA, assim, foi a divisão com mais servidores participantes).

Em relação a clima organizacional, ambiente de trabalho e impactos da capacitação, ainda não existe um instrumento que possa acionar essas pesquisas e medir impactos de capacitação uma vez que não há um plano de capacitação vinculado ao planejamento estratégico da Regional.

5.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES

Quadro 30: Número de Servidores por Divisão:

DIVISÃO	Quantidade de servidor	%
Administração	24	21,24%
Gabinete	10	8,85%
Procuradoria	2	1,77%
Desenvolvimento	30	26,55%
Obtenção	19	16,81%
Fundiária	23	20,35%
Cedidos	5	4,42%
total	113	

* Total de servidores: 113 (incluído 01 clt)

**Total de DAS Externo: 03

***Área Fim com 72 servidores (63,7%); Área Meio com 36 servidores (31,8%)

(Considerado área meio: Adm, Gabinete, Procuradoria)

Quadro 31: Número de servidores por nível de escolaridade:

ÁREA	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	TOTAL
Meio	13	23	36
Fim	19	53	72
cedidos	3	2	05
TOTAL	35	78	113

Quadro 32: Número de servidores por tipos de cargos:

Área	Cargo Administrativo	Cargo técnico	Total
Meio	30	6	36
Fim	16	56	72
Cedidos	3	2	5
total	49	64	113

Dos quadros acima demonstrados relativo à distribuição de servidores, indica que 35 (30,9%) dos servidores ocupam cargos de nível intermediário e 78 (69,1%) ocupam cargos de nível superior. 72 (63,7%) dos servidores encontram-se lotados em áreas finalísticas; 36 (31,8%) em áreas concernentes à atividade meio e 05 (4,4%) cedidos.

A área fim possui 16 servidores de cargo administrativo devido a uma deficiência de cargos técnicos. Entretanto, se esses servidores forem deslocados para a área meio poderiam ter dificuldade de adaptação, uma vez que há muitos anos já vem realizando atividades de campo. A demanda por mais servidores se dá pelo fato da Regional ter um quadro de servidores aptos ou quase aptos à aposentadoria. Em Brasília está sendo elaborado estudo por Grupo de Trabalho, instituído nos termos da Portaria INCRA/P/nº 652, de 14/11/13, objetivando a apresentação de proposta de distribuição ideal da força de trabalho disponível, a qual poderá estabelecer elementos, dentre outros, para a realização de concurso de remoção, bem como orientar a instrução de pedidos de remoção.

6. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Não houve transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres no referido exercício.

O convênio vencido com status “a aprovar”, de número SIAFI 627450 referente à prefeitura de São Francisco de Itabapoana, listado no quadro 20, foi devidamente analisado e a conveniente notificada sobre as providências a serem tomadas. Cabe ressaltar que este convênio não se encontra em TCE.

Quadro 33: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Rio de Janeiro									
UG/Gestão: 373062				CNPJ: 00375972/0009-18					
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº. do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Quadro 34: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO			
CNPJ: 00.375.972/0009-18		UG/GESTÃO: 37306237201	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	*****	*****
	A comprovar	*****	*****
	Total	*****	*****
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	1	145.700,00
	A comprovar	0	0,00
	Total	1	145.700,00

6.2 DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DO REGISTRO DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS NO ÂMBITO DA SR

Foi elaborado pelo INCRA/Sede um cronograma de registro de imóveis desapropriados por Compra e Venda, Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros.

A Diretoria de Gestão Administrativa orientará às Superintendências Regionais quanto aos procedimentos a serem implementados, obedecendo aos prazos estipulados pelo cronograma.

6.3 DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER

A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos , registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no Siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remetidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Assim que concluído o sistema, a Superintendência Regional terá capacitação de seu corpo técnico ligado ao tema, para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos.

A SR tem um saldo de exercícios anteriores num total de R\$ 33.685.219,94, sendo que em 2013 não houve nenhum registro para o exercício.

A **conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros**, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito pela Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Como forma de alavancar a arrecadação própria, bem como melhorar o atendimento aos assentados, **a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo**

Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação – SNCCI.

Este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

A SR tem um saldo de exercícios anteriores num total de R\$ 68.255.172,55 sendo que em 2013 não houve nenhum registro para o exercício.

Apresentamos a seguir três demonstrativos relativos a gestão dos créditos a receber registrados na conta contábil 1.2.2.4.9.10.00 (Créditos a Receber de Parceiros).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 17/02/2014	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
ATIVO FINANCEIRO	8.044.995,42	15.841.557,06	PASSIVO FINANCEIRO	8.118.468,47	15.720.250,26
CREDITOS EM CIRCULACAO	8.044.995,42	15.841.557,06	DEPOSITOS	49.995,75	183.138,80
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	595.001,10	1.016.801,99	CONSIGNACOES	36.359,59	11.440,03
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	7.448.394,32	14.823.555,07	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	158.062,61
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.600,00	1.200,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.636,16	13.636,16
ATIVO NAO FINANCEIRO	169.874.153,91	126.727.236,84	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.066.667,05	15.535.305,79
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	27.606.306,09	4.062.961,06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	500.219,96	1.011.145,45
CREDITOS EM CIRCULACAO	-7.112.132,34	-14.503.275,05	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	382.728,93	963.323,05
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-7.448.394,32	-14.823.555,07	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	71.736,94	39.105,89
DIVERSOS RESPONSAVEIS	0,01	0,01	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	685,05	685,05
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	336.261,97	320.280,01	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	44.305,26	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	34.718.438,43	18.566.236,11	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	763,78	8.031,46
ESTOQUES	75.893,64	86.728,76	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	7.420.888,06	14.419.817,48
TITULOS E VALORES	34.642.544,79	18.479.507,35	A LIQUIDAR	7.420.888,06	14.419.817,48
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	101.940.392,49	98.553.555,49	CREDORES DIVERSOS	32.000,00	0,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	101.940.392,49	98.553.555,49	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	113.559,03	104.342,86
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	33.685.219,94	30.298.382,94	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.805,67	1.805,67
CREDITOS A RECEBER	68.255.172,55	68.255.172,55	VALORES DIFERIDOS	1.805,67	1.805,67
PERMANENTE	40.327.455,33	24.110.720,29	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-7.420.888,06	-14.419.817,48
IMOBILIZADO	40.317.967,22	24.101.232,18	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-7.420.888,06	-14.419.817,48
BENS MOVEIS E IMOVEIS	40.339.151,98	24.122.416,94	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-21.184,76	-21.184,76	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-7.420.888,06	-14.419.817,48
INTANGIVEL	9.488,11	9.488,11	PASSIVO REAL	697.580,41	1.300.432,78
ATIVO REAL	177.919.149,33	142.568.793,90	PATRIMONIO LIQUIDO	177.221.568,92	141.268.361,12
			PATRIMONIO/CAPITAL	141.268.361,12	0,00
			PATRIMONIO	141.268.361,12	0,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	125.675.958,04
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	125.675.958,04
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	35.953.207,80	15.592.403,08
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	177.919.149,33	142.568.793,90
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-141.965.941,53	-126.976.390,82
ATIVO COMPENSADO	6.399.843,24	6.051.532,99	PASSIVO COMPENSADO	6.399.843,24	6.051.532,99
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	6.399.843,24	6.051.532,99	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	6.399.843,24	6.051.532,99
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	509.040,52	493.058,56	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	509.040,52	493.058,56
GARANTIAS DE VALORES	0,12	0,12	VALORES EM GARANTIA	0,12	0,12
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.874.040,90	1.874.040,90	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.874.040,90	1.874.040,90
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.016.761,68	3.684.433,39	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	4.016.761,68	3.684.433,39
OUTRAS COMPENSACOES	0,02	0,02	COMPENSACOES DIVERSAS	0,02	0,02
ATIVO	184.318.992,57	148.620.326,89	PASSIVO	184.318.992,57	148.620.326,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 17/02/2014	PAGINA 1

TITULOS	2013	2012
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	2.815,60	890,59
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	2.815,60	890,59
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-890,59
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	2.815,60	0,00
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	7.205.770,46	6.675.425,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	104.742,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.205.770,46	6.570.683,33
DESPESAS DE CAPITAL	3.056.180,39	11.029.028,77
INVESTIMENTOS	2.845.227,60	1.491.941,33
INVERSOES FINANCEIRAS	210.952,79	9.537.087,44
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	10.261.950,85	17.704.454,27
RESULTADO ORCAMENTARIO	-10.259.135,25	-17.704.454,27
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	6.538.462,30	5.885.256,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.538.462,30	5.885.256,40
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	6.794.132,23	19.395.918,44
INCORPORACAO DE ATIVOS	2.548.064,48	8.476.882,50
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.246.067,75	10.919.035,94
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	17.904,45	1.805,67
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	17.904,45	1.805,67
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	0,00	1.352,90
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	1.352,90
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	3.013.422,83	7.516.969,79
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.013.422,83	7.516.969,79
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	17.235.723,89	7.403.632,25
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	16.211.025,44	7.248.851,07
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.024.698,45	153.000,00
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	1.781,18
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	43.695.118,30	23.763.958,59
INCORPORACAO DE ATIVOS	40.065.742,98	21.726.076,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.629.375,32	2.037.881,70
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	13.306,98	416.663,78
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	0,00	1.179,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.491,38	413.703,60
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.815,60	1.781,18
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	27.977.750,24	22.675.493,77
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	15.731.568,62	19.706.113,59
INCORPORACAO DE PASSIVOS	12.246.181,62	2.969.380,18
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	35.953.207,80	15.592.403,08



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2013	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 17/02/2014	PAGINA 1

TITULOS	2013	2012
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	2.815,60	890,59
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	2.815,60	890,59
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-890,59
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	2.815,60	0,00
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
ORGANIZACAO AGRARIA	6.058.015,10	6.737.268,37
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	10.304.082,85	17.761.046,48
RESULTADO ORCAMENTARIO	-10.259.135,25	-17.704.454,27
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	6.538.462,30	5.885.256,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.538.462,30	5.885.256,40
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	6.794.132,23	19.395.918,44
INCORPORACAO DE ATIVOS	2.548.064,48	8.476.882,50
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.246.067,75	10.919.035,94
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	17.904,45	1.805,67
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	17.904,45	1.805,67
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	0,00	1.352,90
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	1.352,90
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	3.013.422,83	7.516.969,79
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.		
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.013.422,83	7.516.969,79
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	17.235.723,89	7.403.632,25
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	16.211.025,44	7.248.851,07
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.024.698,45	153.000,00
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	1.781,18
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	43.695.118,30	23.763.958,59
INCORPORACAO DE ATIVOS	40.065.742,98	21.726.076,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.629.375,32	2.037.881,70
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	13.306,98	416.663,78
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	0,00	1.179,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.491,38	413.703,60
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.815,60	1.781,18
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	27.977.750,24	22.675.493,77
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	15.731.568,62	19.706.113,59
INCORPORACAO DE PASSIVOS	12.246.181,62	2.969.380,18
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	35.953.207,80	15.592.403,08

6.4 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE INSTITUÍDAS PELA ÁREA CONTÁBIL E FINANCEIRA DA SR

Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira são a realização

- Realizar e revisar os cálculos dos Títulos de Domínio visando à integralidade dos valores a receber pela Superintendência Regional;
- Revisar os contratos de prestação de serviços em vigor, confeccionando documento de autorização de pagamento, visando a correta segregação dos impostos envolvidos nas transações e o pagamento aos fornecedores garantindo, desta forma, a fidedignidade dos registros contábeis e financeiros relacionados;
- Realizar a Conformidade Contábil e Financeira.

7. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

7.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA SUPERINTENDÊNCIA

A Regional do INCRA no Rio de Janeiro, assim como as demais superintendências regionais, não possui setor específico para tratar do controle interno, conforme se pode depreender do organograma funcional. No entanto, o INCRA possui o setor de Auditoria Interna, localizada na sede, mas não descentralizada nas regionais. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº. 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I. assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II. prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;
- III. planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e
- IV. corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

- V. subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;
- VI. examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;
- VII. elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e
- VIII. analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

O Controle nas Superintendências é realizado pelo Setor de Planejamento/Gabinete, através da Monitoria mensal das ações finalísticas e algumas intermediárias. Os dados são coletados nas Divisões da Superintendência através dos Relatórios de Monitoria. Estas informações são inseridas no Sistema de Informações Rurais – SIR, no Módulo Monitoramento e Avaliação. O SIR pode ser acessado por meio dos Relatórios de Monitoramento por qualquer agente público ou servidor do INCRA em seu sítio institucional, o qual é constantemente comparado com os dados recebidos pelas Diretorias do INCRA. No entanto, o SIR não contempla todas as metas do Plano de Ação 2013. Estas são monitoradas através de planilhas elaboradas pelo setor de Planejamento e preenchidas pelos responsáveis de cada ação dentro da Superintendência. Semanalmente, o controle é feito através das planilhas de Controle Orçamentário, uma forma de acompanhar as metas que não são acompanhadas pelo SIR.

Quadro 35: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					
VALORES					
Ambiente de Controle					
1	2	3	4	5	
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
1	2	3	4	5	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS						VALORES				
Procedimentos de Controle						1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.									X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.									X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.									X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.									X	
Informação e Comunicação						1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.							X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.							X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.							X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.							X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.							X			
Monitoramento						1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.										X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.									X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.										X
Análise Crítica: 23. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Nota 3. A superintendência também apresenta problemas do ponto de vista do acesso às informações, que deveriam estar disponibilizadas em uma pasta pública para acesso de todos os servidores; 24. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Nota 4. A comunicação interna também não atende às expectativas dos diversos grupos. Os gestores costumam não demandar apoio da estrutura da Ascom para divulgar informação interna, optando por reuniões com os diferentes grupos separadamente, o que resulta numa visão fragmentada do todo por parte dos diversos grupos. Além disso, a falta de um planejamento adequado faz com que muitas tarefas sejam passadas de forma atropelada, sem que os servidores tenham informação suficiente para subsidiar o trabalho; 25. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Nota 5. Pelas mesmas razões acima relatadas, a comunicação das informações não segue um fluxo adequado para uma gestão de qualidade. Análise sobre Monitoramento O Setor de Planejamento e Controle, como não é uma Auditoria Interna, procede a um monitoramento constante da execução das metas institucionais da UJ para contribuir para seu melhor desempenho, sendo, também, este Setor o responsável para contactar os órgãos de controle, como CGU e TCU, além do atendimento das demandas da Auditoria Interna do INCRA-sede. Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.										

7.2 CONTROLES INSTITUÍDOS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Nas reuniões de CRD, que acontece semanalmente são discutidas as ações para atingimento dos objetivos estratégicos da Autarquia, além disso, reuniões mensais nas Divisões também contribuem para definição de estratégias que contribuem para o cumprimento dos objetivos.

7.3 CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSEGURAR A FIDEDIGNIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Superintendência Regional tem todas suas ações monitoradas através do Setor de Planejamento da SR, que é responsável por alimentar e atualizar o Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação, onde mensalmente as ações são repassadas pelas Divisões competentes, em via eletrônica e lançadas no sistema.

Após lançamento no Sistema, as informações são homologadas pelo setor e também pelo Superintendente.

Além disso, nas reuniões de CRD, que acontecem semanalmente são também discutidas as ações em execução na SR, traçando estratégias para atingimento das metas.

7.4 PRINCIPAIS CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSEGURAR A BOA E REGULAR GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER DE PARCELEIROS E DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Por tratar-se de situações complementares, o assunto abordado neste item foi melhor detalhado no item 6.3 *Demonstração da gestão dos créditos a receber*. Assim, optamos por considerar o texto explicativo válido para os dois itens em comento.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Não houve Tomada de Contas Especiais na SR.

8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO

Não houve determinações do TCU no Período.

8.2 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU) NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A SR sempre atende a todas as solicitações do CGU e busca de forma sistemática acatar as recomendações daquele órgão.

A partir da análise das constatações e causas consignadas nos relatórios CGU nº. 201109243 e nº. 201305961, a CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO apresentou proposta de ações corretivas com o objetivo de contribuir para eliminar ou reduzir os problemas evidenciados e, a partir deste a SR-07 elaborou o Plano de Providências Permanentes da SR-07 para aquelas recomendações ainda não atendidas, que evidencia ao CGU, o compromisso da Superintendência Regional com as recomendações daquele órgão.

O presente Plano já é a segunda versão e foi apresentada à CGU em fevereiro do ano corrente, e inclui todas as recomendações ainda em atendimento pela SR.

9. OUVIDORIA

9.1 DEMONSTRAÇÃO DOS REGISTROS FEITOS POR INTERMÉDIO DA OUVIDORIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA, CONTEMPLANDO A QUANTIDADE DE CADA TIPO DE REGISTRO (DENÚNCIA, PEDIDO DE INFORMAÇÕES, ETC.), PRAZOS DE ATENDIMENTOS, PROPORÇÃO DE REGISTROS NÃO ATENDIDOS.

A implantação da Ouvidoria Agrária Regional é recente e ainda não há um controle efetivo dos registros de atendimentos nem uma forma estruturada de monitoramento das ações, todavia a atuação da Ouvidoria foi bastante ampla no exercício de 2013.

De uma forma geral as demandas recebidas na Ouvidoria são imediatamente recepcionadas e seu acompanhamento pelo demandante é contínuo sendo o mesmo informado rotineiramente do andamento das questões levantadas. A equipe da Ouvidoria Agrária Regional realiza diversas reuniões com famílias acampadas e assentadas no Estado do Rio de Janeiro de modo a recepcionar as demandas destas famílias nos casos de conflitos diretamente relacionados com a posse da terra quanto com outros órgãos do governo (delegacias de polícia, secretarias de agricultura e assistência social, MPF, Varas da Justiça Federal no interior, entre outros). Realizamos também a mediação nos casos de imissão e reintegração de posse em áreas que envolvam o público alvo do INCRA.

9.2 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRATAMENTO DE REGISTROS FEITOS PELA OUVIDORIA RELACIONADOS A INVASÕES DE TERRAS E CONFLITOS NO CAMPO

No início do ano ocorreram dois assassinatos de trabalhadores rurais no município de Campos dos Goytacazes, razão pela qual no mês de maio ocorreu a vinda da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo para o Estado do Rio de Janeiro para a realização de uma audiência pública neste município.

Nesta mesma ocasião, com a presença do Ouvidor Agrário Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo foram designados pelas respectivas instituições a seguir um

delegado de polícia civil, um oficial da polícia militar e um promotor de justiça para exercerem função especializada em conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro.

10. CORREIÇÃO

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.⁽¹⁾

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo, o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.⁽²⁾

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009⁽³⁾, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de

⁽¹⁾ Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência; elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
- controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
- manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
- controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

⁽²⁾ Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

⁽³⁾ Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

Em relação ao Sistema CGU-PAD O INCRA, em geral, conta com 02 servidores por superintendência regional, ou seja, 60 servidores treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 04 servidores estão capacitados para sua utilização. No caso da SR-07/RJ, existem dois servidores responsáveis por inserir os processos de sindicância e os processos administrativos disciplinares no CGU-PAD.

A partir do segundo semestre do ano de 2013, foram lançados mais de 20 processos e apensos no Sistema, conforme quadro a seguir:

Quadro 36: Lista de Processos inseridos no Sistema CGU-PAD, por assunto e tipo.

Processos	Apensos	Assunto	Tipo
54180001255/2008-11	54180001055/2008-51	Apuração de Sindicância investigatória, ocorrida no âmbito da superintendência regional no RJ	Sindicância
54180000333/2010-77	54180000236/2010-84 54180000247/2010-64 54180000367/2010-61	Desaparecimento/bem permanente	Sindicância
54000001998/2002-69	54180000946/2003-85 54180000968/2003-45	Apuração de irregularidades concernentes a cobrança de propina por servidor	Sindicância
54180.000681/00-65	54180.000810/2004-56	Comissão de Sindicância (projeto Lumiar)	Sindicância
54180.000946/2003-85	54000.001998/2002-69	Favorecimento próprio	PAD
54180.001298/2009-70	54180.001585/2005-56 54180.000501/2007-29	Irregularidades na administração	Sindicância
54180.000345/98-71	54180.000317/98-36 54180.001231/99-39	Desaparecimento/bem permanente	Sindicância
54000.001788/2002-71	54180.001323/2003-20 54180.001334/2003-18	Desaparecimento/bem permanente	Sindicância
54180.002059/2001-80	54180.001639/2000-34 54180.002059/2001-80 54180.000469/2001-71 54180.001732/2001-64	Irregularidades ocorridas na contratação, execução, pagamentos, instrução processual, prorrogação.	PAD
54180.000933/2007-30	----	Desvio de conduta do servidor Loir Gonçalves de Lima.	Sindicância
54180.000144/2011-85	----	Comercialização ilegal de lotes e irregularidades na aplicação do benefício de crédito habitação em todos os núcleos do assentamento zumbi	Sindicância

Processos	Apensos	Assunto	Tipo
54180.001393/2002-05	54180.001906/99-11 54180.000556/96-87	Desapropriação de área inadequada para fins de reforma agrária e criação indevida de Projeto de Assentamento de trabalhadores rurais, considerando ser a mesma área de Mata Atlântica e de preservação ambiental	PAD
54000.002088/2009-70	54180.000871/2007-66 54000.002363/2003-60 54180.000667/2004-01	Possíveis irregularidades ocorridas na SR07	PAD
54180.000752/2008-94		Cobrança de propina	PAD
54180.001097/2010-14	54180.000247/2010-64	Possível furto de pneus em viatura oficial	Sindicância
54180.001195/2008-29	54180.001205/2008-26	Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	PAD
Fonte: Setor de Planejamento/SR-07.			

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema, além disso, ainda não há na SR uma sistemática de envio dos processos ao setor responsável pela alimentação do Sistema para cadastro das fases dos Processos Administrativos e sim, do envio já nas fases finais.

Entretanto, há um trabalho sistemático do Gabinete, para que os processos sejam cadastrados e atualizados conforme as fases que os mesmos se encontram, independentemente da conclusão.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.